



1290000535



TCC/UNICAMP L962e

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA



EUROPA RUMO À UNIFICAÇÃO MONETÁRIA

GIOVANNA DE LUCA

ORIENTADOR:

PROF. DR. ANTÔNIO CARLOS MACEDO E SILVA

CAMPINAS, DEZEMBRO DE 1999

**TCC/UNICAMP
L962e
IE/535**

CEDOC/IE

RESUMO

A União Européia atravessou diversas etapas até sua configuração atual. Foram muitas as adversidades que permearam o trajeto de unificação e exigiram dedicação total dos países à causa da coordenação político-econômica. Como resultado a Europa obteve significativos avanços em termos de articulação e montagem de um amplo aparato institucional. O sucesso completo, isto é, a perfeita evolução do arranjo monetário e dos entendimentos políticos, depende apenas do comprometimento dos integrantes à construção de uma identidade única em todas as esferas relevantes da atuação pública.

ÍNDICE

<i>Introdução</i>	3
<i>Trajectoria de Associações</i>	4
I.1 Antecedentes	4
I.2 Imediato Pós-Guerra	5
I.3 Final dos Anos 50: a Criação da CEE	8
I.4 Reação Oriental e primeiros Mecanismos de Coordenação Monetária na CEE	12
I.5 A Implantação do Sistema Monetário Europeu	14
I.6 Continuidade à Integração	16
I.7 O Tratado de Maastricht	17
<i>Percalços e Conquistas na Rota de Integração</i>	22
II.1 Concorrência e Competitividade	22
II.2 Políticas Macroeconômicas	31
II.3 Políticas Sociais e Regionais	41
II.3.1 Políticas Regionais.....	41
II.3.2 Políticas Sociais	44
II.4 Relações Externas	49
II.4.1 Relações Comerciais	49
II.4.2 Política Externa.....	55
II.4.3 Política de Segurança	57
<i>Estágio Atual</i>	58
III.1 Liderança Política	59
III.2 Identidade Militar	60
III.3 Novos Membros	61
III.4 Política Agrícola Comum	63
III.5 Euro e os Investimentos na Europa	64

III.6 PIB Europeu	66
III.7 Institucionalidade	66
<i>Bibliografia.....</i>	68

EUROPA RUMO À UNIFICAÇÃO MONETÁRIA

INTRODUÇÃO

Durante décadas após a II Grande Guerra, a Europa perseguiu o ideal de unificação como forma de manter a paz no continente. Atingido o propósito inicial, os países participantes permaneceram tão empenhados quanto antes, desta vez na obtenção e preservação de vantagens econômicas importantes proporcionadas pelo estabelecimento de um área de livre comércio.

A formação de um amplo aparato institucional subjacente ao mercado único levaria inexoravelmente ao rearranjo político, uma vez imprescindível a ação articulada e convergente em assuntos de interesse comum. Por outro lado, a união política demandaria a adoção de uma interface comum nas relações com o exterior e um posicionamento coeso no que concerne às questões sociais.

O presente trabalho visa reproduzir não apenas as conquistas, mas as dificuldades enfrentadas pelos líderes europeus ao longo do trajeto que vem conduzindo a união alfandegária à categoria de união política.

O primeiro capítulo consiste num breve levantamento histórico dos elementos envolvidos no esforço de integração, de maneira a situar o leitor com relação à cronologia dos fatos. O capítulo II oferece uma abordagem crítica e detalhada dos eventos, avaliando a performance da comunidade com relação ao que seria esperado em esferas de extrema relevância, quais sejam, o regime de concorrência e competitividade entre os membros, as políticas macroeconômicas empreendidas, as políticas sociais e regionais de redistribuição e as relações com o exterior. Por fim, o capítulo III apresenta o cenário atual e as perspectivas futuras acerca do êxito da união europeia nas esferas de atuação política, econômica e social.

Não é pretensão deste trabalho extrair conclusões definitivas acerca do sucesso da União Europeia, mas identificar as lacunas e os avanços do processo ao longo de 50 anos de constante empenho e reelaboração. O cenário descrito possivelmente ajude o leitor a formular suas próprias expectativas.

CAPÍTULO I

TRAJETÓRIA DE ASSOCIAÇÕES

O presente capítulo visa construir um roteiro cronológico dos fatos associados à integração na Europa, a fim de elucidar a maneira pela qual transcorreu a evolução do processo. O estudo de eventos que precederam iniciativas mais amplas de integração, revela quão despreziosas foram as primeiras propostas. É tecida, tão logo apresentados os antecedentes, uma série de considerações acerca dos elementos que culminaram, ao longo dos anos, na convergência monetária a que assistimos hoje.

I.1 ANTECEDENTES

A Europa Ocidental vem assistindo a um processo de convergência política e econômica, impulsionado pelas duras seqüelas dos confrontos mundiais. Dos anos 20 aos 90 as articulações avançaram de forma a consolidar um mercado unificado, partilhando de instituições comuns, como previsto no caso da própria moeda.

A despeito da aparente atualidade do tema, as associações monetárias são negociadas desde o século passado. Em 1865 as nações líderes na Europa criaram a União Monetária Latina, que permitia a instauração de um padrão bimetálico de cunhagem de moeda, uma vez que os preços relativos do ouro e da prata oscilavam com a descoberta de novas jazidas auríferas. A união perdeu validade com a implementação definitiva do padrão ouro, sistema esse que manteve o câmbio fixo entre as moedas européias até o advento da Primeira Guerra Mundial (Young, 1963).

As primeiras iniciativas de integração em bases mais gerais na Europa datam do entre-guerras e caracterizam um esforço ainda disperso de evitar novos conflitos no continente, trilhando a mesma lógica das unificações italiana e alemã. Nesse sentido, o movimento Pan-Europeu de 1923 sugeria, como o fez o premiê britânico Winston Churchill vinte anos mais tarde, a criação dos Estados Unidos da Europa, uma federação em moldes análogos aos americanos. Todavia, a interferência da Liga das

Nações em 1929 não impediu que a Grande Depressão abalasse as tentativas de união.

Em 1930 foi criado o Banco para Compensações Internacionais, o BIS, com o propósito de encaminhar os pagamentos de guerra da Alemanha aos países vencedores e promover a cooperação entre os bancos centrais. O BIS instigou a aproximação entre os governos europeus, embora tenha participado de inúmeros episódios protagonizados pela Alemanha, episódios esses responsáveis por divergências entre o banco e os países aliados (Young,1963). Em 1944, com a Conferência de Bretton Woods e a criação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, o BIS perdeu boa parte de suas funções.

I.2 IMEDIATO PÓS-GUERRA

As articulações entre os países europeus praticamente cessaram; o impasse perdurou até o final da Segunda Grande Guerra, quando os Estados Unidos patrocinaram a formação da Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Européia, de forma a viabilizar a implementação do Plano Marshall. Dessa forma, a Europa recebeu cerca de US\$ 17 bilhões direcionados para a reconstrução política e econômica dos países devastados, num claro impulso à unificação. Com o avanço Soviético, a permanência dos alemães junto ao Ocidente e o fortalecimento das nações capitalistas da Europa, em geral, eram do mais alto interesse americano. Caso a Organização fosse bem-sucedida, os ideais liberalizantes ganhariam repercussão sobre as economias do mundo todo.

Durante a vigência da Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Européia foi lançado um acordo de redução paulatina de restrições comerciais e criou-se a União Européia de Pagamentos, possibilitando a livre conversão entre as moedas com base num referencial equivalente ao dólar (1/35 onça de ouro). A Unidade Européia de Conta, ou EUA, como ficou conhecida, passou a representar, em 1961, uma cesta de dezessete moedas (entretanto, a complexidade da fórmula impediu que o emprego das EUAs se difundisse). Anteriormente o comércio achava-

se limitado e distorcido pela eminente imobilidade das moedas entre os países europeus, cujas trocas tendiam a se concentrar nos parceiros mais próximos; os pagamentos eram efetuados principalmente em ouro e dólar e o crédito era relativamente farto. Mais tarde (1958), a União Européia de Pagamentos daria lugar ao Acordo Monetário Europeu, tornando o crédito aos membros menos automático e mais discricionário.

A total recuperação dos países europeus permitiu, posteriormente, a ampliação dos propósitos e do elenco de membros da Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Européia: em 1961 Estados Unidos e Canadá tornaram-se membros da nova Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a OCDE, visando expandir o comércio mundial e promover o crescimento das nações, inclusive as subdesenvolvidas.

Ainda no imediato pós-guerra (em 1948), o rompimento do Estado Alemão uniu Grã-Bretanha, Bélgica, França, Holanda e Luxemburgo, mais tarde Itália e Alemanha, na assinatura do Tratado de Bruxelas, estabelecendo cooperação econômica e militar a partir da chamada União da Europa Ocidental. A Conferência de Hague em 1948 propugnara a formação de um exército supranacional, contando com a aprovação americana à nova Comunidade Européia de Defesa. Entretanto, as aspirações nacionalistas da França¹ e a hesitação dos demais governantes enfraqueceram a meta de organização militar, anulada em 1954. Propôs-se, assim, uma alternativa moderada de colaboração militar entre os exércitos nacionais, com a União da Europa Ocidental. Embora tenha sido posteriormente extinta pela sobreposição de escopo com formas sobrevindas de integração, a União logrou dissuadir a Alemanha de ideais de produção de armas químicas, nucleares e biológicas.

No que tange ao aspecto militar, apenas a OTAN, Organização do Tratado do Atlântico Norte, teve êxito. Formada em 1949 como resposta ao avanço soviético, a OTAN visava coordenar os países-membros através da centralização dos recursos

¹O presidente francês Charles de Gaulle pretendia liderar uma confederação de Estados soberanos sem a dominação dos EUA (Young, 1963)

bélicos e da unificação do planejamento e comando. A interdependência criada entre os membros europeus supunha algum grau de coesão e evitaria confrontos internos.

Em 1949, a resistência generalizada à perda de soberania levou as nações européias a organizarem o Conselho da Europa, uma via de cooperação livre de qualquer comprometimento político ou federativo. Compunha-se de uma Assembléia Parlamentar destinada a transmitir recomendações ao Comitê de Ministros, cujas decisões eram tomadas por unanimidade e submetidas à posterior ratificação dos países-membros. A despeito da pesada burocracia, o Conselho obteve consideráveis avanços no campo legal, social, cultural e econômico. Proporcionou, ainda, a criação de um tribunal especial para a proteção dos direitos humanos, após a celebração de uma convenção dedicada ao tema em 1950.

Em poucos anos o Conselho da Europa deu sinais de insuficiência em termos de integração. O Plano Marshall expirou em 1952, aumentando a pressão por uma estrutura permanente no campo econômico.

A União Econômica do Benelux havia sido o primeiro movimento nessa direção. Bélgica e Luxemburgo haviam se unido já em 1923 e mantinham plena conversibilidade e equivalência entre suas moedas desde então. A Holanda, consideravelmente destruída pela guerra e relutante em liberalizar suas finanças, juntou sua forte agricultura à sólida indústria dos países vizinhos e, em 1948, surgiu a união alfandegária. A Bélgica contribuiu para sanear os déficits holandeses, até que se pudesse liberar o fluxo de capitais ali. Determinou-se uma tarifa unificada para o comércio externo à comunidade, mas restrições quantitativas e controles cambiais persistiram nos três países, regredindo gradativamente. Em 1958 surgiu o Benelux e decretou-se a livre mobilidade de bens e fatores. A integração foi estendida para o campo de políticas sociais e internacionais, de modo que Bélgica, Holanda e Luxemburgo passaram a lidar com os demais países como uma unidade.

No entanto, o Benelux constituiu um esforço localizado. O verdadeiro passo inicial no sentido da integração econômica na Europa foi a Comunidade do Carvão e do Aço, a CECA. A proposta foi lançada em 1950 pelo ministro francês das relações exteriores Robert Schuman e arquitetada técnica e politicamente pelo economista e industrial francês Jean Monnet. O plano consistia num mercado comum para produtos

derivados de carvão e aço, envolvendo, originariamente, França e Alemanha, tradicionais competidoras nesse segmento. A princípio, o acordo eliminaria uma importante fonte de tensões entre os dois países. Em 1951 os membros do Benelux e a Itália uniram-se a França e Alemanha na assinatura do Tratado de Paris e a comunidade passou a funcionar a partir de 1953.

A administração central da organização cabia à Alta Autoridade, um corpo de nove membros assistido por um comitê técnico. As decisões da Alta Autoridade poderiam ser vetadas caso a assembléia encarregada de acompanhar os processos registrasse dois terços de votos contrários. A comunidade contava, ainda, com um conselho destinado a orientar a administração superior conforme as políticas macroeconômicas gerais de cada membro.

O comércio de produtos derivados de carvão ou aço foi isento de tarifas aduaneiras e quaisquer outros tipos de restrição ou discriminação contra produtores ou consumidores, banindo-se, inclusive a prática de subsídios e apoio estatal. Os recursos que mantinham o funcionamento dos órgãos administrativos provinham de tributos incidentes sobre a produção de carvão e aço, o que não prejudicou a formação de uma área de livre circulação envolvendo cerca de 170 milhões de pessoas. Recorria-se, de tempos em tempos, a emissões de títulos ou empréstimos junto a bancos americanos, de forma a financiar o desenvolvimento de empresas do ramo.

I.3 FINAL DOS ANOS 50: A CRIAÇÃO DA CEE

A despeito da especificidade das funções desempenhadas no âmbito da CECA, a experiência adquirida pelos governantes europeus renovou as esperanças nos processos de unificação. Os ministros envolvidos na comunidade organizaram uma conferência em Messina em 1955 sob o comando do ministro belga Paul Spaak e, no ano seguinte, divulgaram um relatório. Seguiu-se uma série de negociações até que o Tratado de Roma fosse assinado em 1957², determinando o início da Comunidade

² Participaram do acordo, inicialmente, Bélgica, Holanda, França, Alemanha Ocidental, Itália e Luxemburgo.

Econômica Européia (CEE) e da Comunidade de Energia Atômica Européia (Euratom)³. O acordo visava a eliminação de tarifas alfandegárias e a livre circulação de bens e fatores, a unificação de políticas externas, agrícolas e de transporte. Constituiu uma extensão dos princípios introduzidos pela Comunidade do Carvão e do Aço e valeu-se de estruturas implementadas durante sua vigência, como o Tribunal de Justiça. Pouco se avançou, todavia, no campo político e social.

A Comunidade Econômica Européia marcou o início do mercado comum tal como ele se organiza hoje. A administração compunha-se de uma Assembléia ou Parlamento e do Tribunal de Justiça, órgãos compartilhados com a CECA e a Euratom. Dois terços dos votos do Parlamento tinha poder de veto às medidas adotadas pela Comissão, responsável pelas funções de executivo. O Comitê Econômico e Social era formado por personagens aclamados nas respectivas áreas e se encarregava de políticas nessa direção. Já o Conselho de Ministros respondia pela coordenação de políticas econômicas gerais no âmbito da união e agia com relativa liberdade, uma vez que não sofria restrições de caráter legislativo (como era o caso das ações isoladas por parte dos membros, sujeitas essas à aprovação dos organismos internos de governo).

As tarifas foram inicialmente reduzidas em 10% e as cotas de importação elevadas em 20%. A homogeneização das tarifas externas, niveladas a princípio pela média das taxas vigentes nos países-membros, constituiu um problema para países cujo grau de proteção era muito superior ou inferior ao dos demais, uma vez que exigia medidas de adaptação às novas condições de oferta.

A despeito das etapas previstas no tratado, as reduções tarifárias foram aceleradas, chegando a 50% em 1962. No mesmo ano entrou em vigor o segundo estágio quadrienal do plano, ponto de partida para novos procedimentos no processo decisório do Conselho de Ministros: a exigência de unanimidade nas votações foi removida para inúmeras medidas econômicas.

² A Comunidade de Energia Atômica, Euratom, visava desenvolver energia nuclear de forma conjunta, dotando a Europa de vias alternativas de abastecimento. Rapidamente, porém, a comunidade esbarrou nas diferentes posturas dos países envolvidos quanto à exploração de fontes energéticas dessa natureza.

Em 1959 entrou em funcionamento o Banco Europeu de Investimento, destinado a financiar projetos (tanto de empresas como de governos) voltados para a comunidade. No caso de projetos econômicos e sociais empreendidos em outros países, o banco operava o financiamento através do Fundo de Desenvolvimento Além-Mar. O Fundo Social Europeu constituiu o terceiro mecanismo de auxílio, nesse caso, voltado para regiões menos privilegiadas dentre os membros, como o sul da Itália, o sudeste alemão e sudoeste francês.

Em 1962 passou a vigorar a Política Agrícola Comum (PAC), apoiada pelo Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola. Estabeleceu-se um mercado comum baseado na equalização dos preços no setor primário da economia, preços esses artificialmente elevados. As tarifas sobre a importação de produtos agrícolas foram elevadas para o conjunto dos países-membros, de modo a favorecer o produtor europeu.

Entretanto, o estabelecimento do Mercado Comum na Europa induziu a perdas para países fora da união, tanto nas trocas internas à comunidade, quanto nas exportações para terceiros, dada a superioridade da indústria dos membros. A premência por uma nova postura por parte do Reino Unido originou a Associação Européia de Livre Comércio (AELC) em 1960. Uniram-se à Grã-Bretanha os países Escandinavos, partidários da mesma opinião. No caso da Suíça, associações mais estreitas eram proibidas em constituição e a AELC parecia uma boa alternativa.

Entrementes, o Mercado Comum mostrava-se um sucesso e o desempenho dos países-membros contrastava com o fraco crescimento inglês. Em 1962, a Grã-Bretanha, compelida pela profunda fragilidade de suas contas externas e pelas escassas reservas, optou por candidatar-se a uma vaga como membro da CEE⁴. Exigia, para tanto, inúmeras concessões referentes a cláusulas políticas e econômicas do Acordo de Roma, dentre elas a que trata de proteção ao setor agrícola e de participação em outras associações (o Commonwealth respondia por boa parte de seus mercados – Ver Winters, 1991). As imposições inglesas prejudicaram as negociações e uma nova tentativa de admissão sobreveio cinco anos mais tarde.

⁴ O Reino Unido buscava participação também junto à CECA e a Euratom (Young, 1963)

Contudo, a França mantinha ressalvas quanto à ampliação da comunidade. A entrada inglesa só foi aprovada em 1971 e efetuada em 1973, juntamente com Irlanda e Dinamarca⁵.

A Grã-Bretanha não se sujeitou à política agrícola dos países da união e manteve um regime à parte: a agricultura britânica era menor, porém superior às demais em termos de eficiência. De modo que, por meio de algum suplemento à renda dos produtores, o preço dos bens no setor primário era mantido baixo.

Mas a Grã-Bretanha não permaneceu alheia apenas à política agrícola; os ingleses mantinham relações especiais com os Estados Unidos, além de constituírem parte do Commonwealth, uma área regida por normas especiais de intercâmbio. Rejeitavam, ainda, as estruturas políticas e administrativas da comunidade e preferiam participar unicamente de associações de comércio.

Os Estados Unidos permaneceram favoráveis ao avanço da Comunidade Econômica Européia, crenes dos benefícios da intensificação do comércio mundial. Desde a implementação do Mercado Comum, empresas americanas procuraram investir no continente europeu, de modo a desfrutar de um mercado em franca expansão. Nesse sentido, o decreto de 1934, que estabelecia tarifas especiais e acordos de troca entre EUA e Europa, foi renegociado e aprofundado em 1962. Todavia, a política agrícola dos europeus era tida como prejudicial às exportações americanas. Mais que isso, os EUA temiam o acirramento do protecionismo nas relações externas à comunidade, contrarrestando os efeitos benéficos da liberalização sobre o comércio mundial.

⁵ Em casos especiais de admissão, como o da Grécia, em 1981, o problema não consistia de divergências políticas ou econômicas, mas de dificuldades em cumprir os desígnios do Acordo de Roma. A CEE providenciou, nesse caso, a ampliação do período de transição, permitindo que a Grécia atingisse as metas em maior prazo. A Noruega obteve permissão, mas desistiu frente ao resultado negativo de um plebiscito interno.

I.4 REAÇÃO ORIENTAL E PRIMEIROS MECANISMOS DE COORDENAÇÃO MONETÁRIA NA CEE

A postura introspectiva dos integrantes da comunidade afetava não apenas a situação extra-européia, mas países do próprio continente. Surgiu daí a associação conhecida como COMECON, um conselho de ajuda econômica mútua, que reunia as nações da Europa Oriental, sob a liderança soviética. A iniciativa data de 1949 e constituiu uma resposta ao Programa de Recuperação Européia, o Plano Marshall. Visava integrar os participantes através de uma espécie de divisão do trabalho, o que não ocorreu como previsto, uma vez que obrigava cada país a abrir mão de eventuais progressos em outras áreas que não aquelas em que houvesse vantagens comparativas. A falta de cooperação, a assimetria de poder e de ambições e o fracasso em atingir as metas impostas frustrou o plano de coordenação de 1956-60 e limitou o escopo do COMECON a programas marginais (como o intercâmbio de informações), sacrificando os esforços dedicados ao desenvolvimento da indústria (Young, 1963).

À margem de iniciativas paralelas de integração no próprio continente, a trajetória de associações na Europa Ocidental prosseguiu com a construção de um mecanismo de coordenação cambial denominado Serpente. A implantação foi precedida da elaboração do relatório Werner, um estudo realizado em 1970 e presidido pelo primeiro ministro de Luxemburgo, Pierre Werner. Previa a completa unificação econômica e monetária até 1980, quando a mesma moeda seria adotada em todos os países. Recomendava a criação de uma autoridade central que coordenasse as políticas nacionais, respondesse pelas funções fiscais ao nível da comunidade e integrasse os bancos centrais num único sistema. Contudo, não havia institucionalidade apropriada a uma união desse porte e os planos acabaram desacreditados.

A instabilidade cambial instaurada pelo crescente movimento internacional de capitais e, mais tarde, pela queda do Acordo de Bretton Woods, determinaram o nascimento da Serpente e o compromisso de manter as flutuações cambiais dentro da banda de 2,25%, metade daquela estabelecida pelo Acordo Smithsonian. Anteriormente o Fundo Monetário Internacional, o FMI, havia delimitado a banda em

1,5%, enquanto a Europa já estreitava a margem de oscilação entre suas moedas em 0,6%. Ao lado da coordenação cambial, a Serpente criou facilidades de financiamento de curto prazo para as moedas mais fracas e inaugurou o Fundo Europeu de Cooperação Monetária, integrado pelos bancos centrais com a finalidade de monitorar políticas e autorizar realinhamentos cambiais. As correções no câmbio foram recorrentes, uma vez que a Europa enfrentava os efeitos dos choques de petróleo e da instabilidade do dólar. Todavia, a preservação da estabilidade era de extrema relevância no tocante ao comércio europeu.

O Reino Unido e a Irlanda deixaram o arranjo um mês após o início; a Dinamarca chegou a sair, mas retornou em seguida. Em 1973, com a flutuação do dólar, foi a vez da Itália. A França saiu em 1974, voltou mais tarde e deixou a Serpente definitivamente em 1976, dada a postura expansionista adotada pelo presidente Jacques Chirac. A Alemanha, ao contrário, manteve-se rigorosa no que tange à política monetária e estabeleceu metas de agregados⁶, visando conter a pressão inflacionária da alta do petróleo e preservar a estabilidade cambial. Se alguns países eram levados a abandonar o acordo, devido à dificuldade em manter-se dentro das bandas de flutuação cambial, outros, como a Noruega e a Suécia, ingressaram visando fortalecer suas moedas.

De maneira geral, o marco alemão foi valorizado e tornou-se moeda de referência na Europa, fortalecendo o *Bundesbank*. Os demais países orientavam sua política de câmbio conforme a evolução da Serpente, embora nem todos participassem formalmente do arranjo.

Durante a vigência da Serpente, o tema da coordenação cambial e união monetária ganhou nova perspectiva, vinculado que estava à questão da integração. Em 1975, críticos do Relatório Werner propuseram uma moeda denominada Europa, que seria indexada à inflação e funcionaria paralelamente ao sistema, até ganhar a confiança dos agentes e assumir o papel de meio de troca. A nova moeda flutuaria

⁶ O rigor monetário impediu que a Alemanha atuasse significativamente no apoio a nações penalizadas pelo ciclo recessivo e pela instabilidade do período

inicialmente segundo um regime de paridade móvel, de modo a acomodar gradativamente as oscilações de câmbio.

No mesmo período o grupo de estudiosos conhecido por 'Optica Group' descreveu passo a passo a transição da Serpente para a moeda única, desde o estabelecimento de limites à flutuação, até regras de intervenção no mercado de câmbio, etc. Os mais radicais apontavam a especulação como um movimento estabilizador e questionavam a necessidade de emprestadores de última instância.

I.5 A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO EUROPEU

As propostas alternativas não ganharam expressividade e em 1977 o ex-presidente da Comissão Européia, o britânico Roy Jenkins, evocou a formação de um Sistema Monetário Europeu (SME), ideal concretizado dois anos mais tarde depois de uma série de disputas franco-germânicas acerca de questões agrícolas. O arranjo nasceu de um acordo entre o presidente francês d'Estaign e o chanceler alemão Schmidt⁷ e permitiu conciliar o anseio francês por maior simetria de relações (sem a franca preponderância alemã), e a busca germânica por estabilidade de preços. O SME introduziu uma nova unidade de conta, o ECU, ou *European Currency Unit* e estabeleceu o Fundo Monetário Europeu (FME), que providenciava facilidades de pagamento e suporte à estabilidade cambial. O FME reunia 20% do ouro e das reservas internacionais dos países participantes.

O ECU correspondia a uma cesta de moedas européias; a ponderação entre elas seria alterada em razão da apreciação do marco em 1979 e da depreciação da lira italiana em 1981. O ECU respondia pelas operações ao nível do Fundo Monetário Europeu, sem aplicação para a economia privada.

A conclusão do SME permitiu que França e Itália retornassem à Serpente; para tanto, os italianos exigiram bandas mais amplas de flutuação cambial. Persistia, contudo, a questão da intervenção no mercado de câmbio e o papel que caberia a cada país na preservação da estabilidade do sistema. Sobretudo, pendia a questão da

⁷ Endossado em 1978 pelo Conselho Europeu

cooperação entre as nações européias: a Alemanha temia que a cooperação indiscriminada desestabilizasse o arranjo cambial. Ao permitir a interrupção de concessões a países mais fracos e condicionar a ajuda à disciplina político-econômica do beneficiário, a Alemanha assumiu a liderança entre os países europeus e o marco tornou-se definitivamente moeda forte na Europa.

Inúmeras vezes, a ajuda financeira não foi suficiente e fez-se imperativo promover a desvalorização do câmbio em países deficitários, o que ameaçava desorganizar as relações entre as moedas européias. A estabilidade dentro do arranjo foi mantida a partir do *Exchange Rate Mechanism* (ERM), um mecanismo implantado de modo a imprimir certo grau de flexibilidade no manejo do câmbio. O controle rígido da paridade cambial já havia se mostrado falho na coordenação dos membros da comunidade durante a vigência da Serpente. Com o ERM, optou-se por preservar bandas de 2,25%⁸ e permitiu-se a manutenção de controles de capital, garantindo relativa autonomia na condução da política econômica nacional. A existência de um indicador de divergência cambial supunha a adoção de medidas corretivas, fossem elas simples intervenções ou mudanças políticas, caso a taxa de câmbio flutuasse a 3/4 além da margem tolerada. De acordo com a norma de simetria postulada, mesmo países como a Alemanha deveriam sofrer ajustes, ainda que sua moeda permanecesse estável, bastando que uma parcela significativa das demais moedas variasse sincronizadamente em relação ao marco.

Os primeiros quatro anos do Sistema Monetário Europeu foram permeados por um processo recessivo semelhante àquele que marcou o início da Serpente, deflagrado pelo mesmo fator: a alta brusca dos preços do petróleo. Os efeitos inerentes à recessão ocasionaram diferentes reações políticas na Comunidade Européia. Em 1981 o governo francês de François Mitterrand iniciou um pacote de políticas expansionistas, ocasionando a elevação do déficit fiscal e ultrapassando a meta de 10% de crescimento para o agregado monetário M2. O conseqüente enfraquecimento do franco suscitou o esforço conjunto de bancos franceses e

⁸Itália, Reino Unido, Portugal e Espanha obtiveram o direito de manter bandas mais amplas (6%), devido à alta inflação registrada.

alemães. O fracasso da estratégia de salvamento da moeda francesa exigiu o realinhamento geral das moedas européias. A repetição de episódios semelhantes em 1982 e 1983, dada a persistência do déficit em balanço de pagamentos, levou a França a cogitar o abandono do Sistema Monetário Europeu. Contudo, os franceses, que já vinham investindo na integração do continente, optaram por reverter sua estratégia expansionista, estratégia esta responsável por taxas de crescimento positivas em meio à dura recessão nos demais países. A preservação de um nível relativamente alto de atividade custou à França níveis díspares de inflação e perda significativa de competitividade.

Nos quatro anos seguintes o SME ingressou numa fase de recuperação. A ameaça à convergência política retrocedeu e todos os membros aderiram às premissas de estabilidade monetária. Os controles de capital foram relaxados, mas não o suficiente para impedir que os governos, ao menos temporariamente, negociassem novos parâmetros de política cambial. Entre 1983 e 1987 o Sistema Monetário Europeu sofreu quatro realinhamentos de câmbio. A desvalorização da moeda em alguns dos membros não permitiu, no entanto, que se auferissem ganhos de competitividade (que invariavelmente produziriam pressões inflacionárias).

A posterior acomodação das variáveis macroeconômicas dentro do SME restringiu a margem de manobra dos governos nacionais, frente ao sistema de paridades fixas e âncora antiinflacionária, concentrando os esforços políticos no plano interno. O mercado de trabalho tornou-se a maior preocupação, uma vez que a recessão precedente deixara seqüelas visíveis nos níveis de emprego. Medidas de proteção ao trabalhador e seguros-desemprego, adotadas com o intento de reestruturar o mercado de trabalho, acabaram, ao contrário, por enrijecer a oferta de emprego.

I.6 CONTINUIDADE À INTEGRAÇÃO

As dificuldades renovaram o ímpeto dos governantes em prosseguir com a unificação no continente. Nesse sentido foi lançado o Programa de Mercado Comum, inserido no Ato Único de 1986, com o propósito de aliviar o desemprego e aquecer a economia. Para tanto, os governantes planejavam simplificar o aparato regulatório,

intensificar a concorrência e facilitar a obtenção de economias de escala e escopo, de maneira que os produtores europeus se tornassem mais competitivos.

A tentativa de unificação do mercado pedia que se eliminassem não apenas as barreiras tradicionais, mas também os custos de conversão entre as moedas européias. Por outro lado, a própria manipulação das taxas de câmbio poderia comprometer a liberalização comercial na Europa. Ambos os aspectos apontavam para um movimento quase inexorável em direção à moeda única.

De acordo com o estudo levado a cabo por Artis e Taylor entre 1979 e 1988 (Winters, 1991), o mecanismo de paridades fixas (ERM) e o próprio Sistema Monetário Europeu foram bem sucedidos. Em comparação ao dólar, o ERM sofreu menos oscilações e perdeu volatilidade, sem que houvesse qualquer prejuízo à estabilidade das taxas de juros. Taxas de câmbio estáveis e previsíveis permitiram aperfeiçoar o gerenciamento interno à comunidade e reduzir as disparidades entre os membros em termos de competitividade.

Em 1989, já à beira da unificação alemã, a Comissão Européia apresentou um novo relatório, sob a orientação do ministro francês Jacques Delors. O desemprego persistia e a queda do dólar prejudicava a competitividade dos produtos europeus, impulsionando o processo de unificação. O Relatório Delors apoiava a união monetária, mas não determinava prazos para o cumprimento das metas. Recomendava tetos para o déficit orçamentário e limites para o financiamento dos governos. Enquanto o antecessor Plano Werner apontava para um sistema de bancos centrais articulados, o Comitê Delors projetava a criação de uma autoridade monetária central e de uma moeda comum. Os bancos centrais nacionais funcionariam como unidades operacionais de um Banco Central Europeu.

I.7 O TRATADO DE MAASTRICHT

A partir do Relatório Delors, os governantes europeus iniciaram uma série de conferências destinadas a negociar emendas ao Tratado de Roma, sendo a última delas em Maastricht, a 1991. O Acordo de Maastricht descrevia a transição para a união monetária em três estágios. O primeiro correspondia à remoção de controles de

capital, à crescente autonomização do banco central e à adaptação do aparato regulatório nacional às normas acordadas. O segundo, a vigorar a partir de 1994, referia-se à convergência política entre os membros e à construção de um Instituto Monetário Europeu na coordenação macroeconômica da comunidade. O último estágio descrevia a completa unificação monetária, que veio a se iniciar em primeiro de janeiro de 1999, com o lançamento da moeda única⁹ e a substituição do Instituto Monetário pelo Banco Central Europeu.

A adesão às instituições unificadas foi condicionada a critérios de convergência: cada nação deveria manter sua moeda restrita às bandas cambiais e relativamente estável, isto é, livre de maiores tensões por pelo menos dois anos antes de ingressar no arranjo; a inflação não poderia exceder em mais de 1,5% a taxa registrada nos três países de menor inflação na comunidade; a dívida pública deveria permanecer em 60% do PIB e o déficit em 3%; os juros nominais de longo prazo não poderiam atingir mais de 2% além das taxas observadas nos três países de melhor desempenho durante o ano que precederia o estabelecimento definitivo da nova união.

Em 1992, todos os membros da Comunidade Européia, exceto Portugal e Grécia, participavam do Sistema Monetário Europeu. Imune a realinhamentos desde 1987, o arranjo parecia prestes a iniciar uma fase extremamente favorável, que os levaria, ao cabo, à completa unificação. Todavia, uma série de eventos importantes vinha desestabilizando o acordo: o colapso da União Soviética extinguiu um importante mercado para as exportações de países como a Finlândia¹⁰, além de obrigar as nações européias a destinar pacotes de ajuda financeira aos países em transição para o capitalismo. Os fundos e programas europeus acabaram defasados frente às novas despesas. A unificação alemã produzira déficits orçamentários que levaram à elevação das taxas de juros internas, mais tarde propagada para os demais países. O declínio do dólar e o conseqüente enfraquecimento da competitividade européia

⁹ A moeda, batizada Euro, entrará definitivamente em circulação a partir de 2002, quando estará supostamente difundida entre os agentes

¹⁰ A Finlândia não participava do SME e, por isso, não desfrutava de facilidades de crédito, de modo que a crise soviética desmantelou a economia do país e desvalorizou o markka em 12% (Eichengreen, 1996)

intensificavam o debate acerca da união monetária, dividindo a opinião pública entre críticos e apologistas da integração.

Em 1992 a convocação de um plebiscito na Dinamarca tornou os demais países hesitantes em cumprir com as condições para a unificação, uma vez que expressiva parcela da população contestava a efetividade do Acordo de Maastricht. O corte do déficit público era um fardo pesado para a maioria dos estados, mas principalmente a defesa do câmbio ficava ameaçada com o questionamento ao tratado. A lira italiana, circunscrita a bandas estreitas desde 1990, caiu até o limite da banda inferior. Reino Unido, Portugal e Espanha, cuja margem de flutuação cambial mantinha-se ampla, assistiram a sucessivas desvalorizações.

Uma nova desvalorização enfraqueceu a lira em 3,5%, enquanto as demais moedas do ERM eram revalorizadas, obrigando os países do Sistema Monetário a promover o primeiro realinhamento em cinco anos. Itália, Espanha, Reino Unido e Portugal sofriam perdas maciças de reserva, a despeito da elevação dos juros e da revisão das margens de flutuação do câmbio. A participação britânica no arranjo cambial foi suspensa e a lira italiana foi flexibilizada. Contudo, a pressão foi sentida em outros países, como a própria França, a Dinamarca e a Irlanda. Espanha, Irlanda e Portugal reforçaram os controles à movimentação de capital. A Suíça, como a Finlândia, abandonou a paridade relativa ao ECU, após intensas perdas de reserva. O franco francês foi defendido com sucesso, mas esse não foi o caso em Portugal, Espanha, Noruega e Irlanda, onde a desvalorização foi inevitável.

A ligeira reversão veio com o endosso dinamarquês num novo referendo e a pequena queda nas taxas de juros na Alemanha em 1993. Isso fortaleceu as moedas anteriormente fragilizadas, em especial o franco. A inflação na França havia caído abaixo da taxa alemã, o que animou as autoridades francesas a reduzir ainda mais as taxas de juros, no intuito de combater o desemprego. Mas, ao contrário do que se imaginava, a Alemanha não acompanhou plenamente a iniciativa, considerada potencialmente inflacionária. O franco despencou, seguido pelas moedas dinamarquesa e belga, exigindo o suporte do Banco Central Francês e do *Bundesbank*.

Propostas as mais variadas foram lançadas , como a desvalorização do franco, o realinhamento das moedas do ERM, a flutuação do marco externamente ao arranjo, a imposição de depósitos compulsórios sobre posições abertas em moeda estrangeira, entre outras. Todas, no entanto, foram rejeitadas por ao menos um dos membros. A solução encontrada foi a significativa flexibilização do câmbio de um sistema de bandas fixadas em 2,25% para 15%.

Em 1993 foi instituída a União Européia, arranjo que vem suscitando inúmeras controvérsias quanto à viabilidade de uma área de tal porte. A coordenação política e a convergência geral de condições econômicas entre os membros, requisitos imprescindíveis para o sucesso da integração, provaram ser importantes obstáculos desde o início. Os organismos que regem o funcionamento das instituições na Europa têm sido palco de disputas políticas entre os governantes e o revigoreamento dos partidos de centro-esquerda despertaram antigas animosidades. Daí o debate exaltado que cercou a implementação do Banco Central Europeu e da moeda única em janeiro de 1999. Resta aguardar até que seja possível avaliar com clareza os resultados e, eventualmente, cogitar propostas alternativas. Por ora segue-se a identificação e análise dos focos de tensão que permearam as tentativas pregressas de associação.

Tabela 1. Principais associações europeias e seus membros

Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Europeia – 1948	Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido, Espanha*
União da Europa Ocidental – 1948	Reino Unido, França, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Itália**, Alemanha Ocidental**
Comunidade Europeia de Defesa – 1948	Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália, Luxemburgo, Holanda
Conselho da Europa – 1949	Bélgica, Dinamarca, França, Irlanda, Itália, Holanda, Reino Unido, Noruega, Suécia, Luxemburgo
Comunidade Europeia do Carvão e do Aço – 1953	Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália, Luxemburgo, Holanda, Reino Unido***
Benelux – 1958	Bélgica, Luxemburgo, Holanda
Euratom – 1957	Bélgica, França, Alemanha Ocidental
Comunidade Econômica Europeia – 1957	Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália, Luxemburgo, Holanda, Reino Unido(73), Dinamarca(73), Irlanda(73), Grécia(80), Espanha(86), Portugal(86)
Associação Europeia de Livre Comércio - 1960	Reino Unido, Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça
Serpente – 1972	Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália, Luxemburgo, Holanda, Reino Unido**, Dinamarca**, Noruega**, Suécia**
Sistema Monetário Europeu - 1979	Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália, Luxemburgo, Holanda, Dinamarca, Irlanda, Grécia**, Espanha**, Portugal**, Reino Unido**
União Europeia – 1993	Alemanha, França, Reino Unido, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca, Itália, Grécia, Espanha, Portugal, Irlanda, Áustria(95), Finlândia(95), Suécia(95)

*admitida posteriormente, quando a Organização foi estendida aos Estados Unidos e Canadá

**ingressaram posteriormente

***candidatou-se em 1961

CAPÍTULO II

PERCALÇOS E CONQUISTAS NA ROTA DE INTEGRAÇÃO

A história das associações na Europa, embora em larga medida uma história de conquistas, não escapou aos obstáculos inerentes ao porte de suas ambições. A análise da natureza e das conseqüências das dificuldades no decorrer do processo legitimará a posterior apreciação do grau de êxito auferido e mostrará a efetividade dos instrumentos adotados.

As informações contidas neste capítulo se referem à obra *The Economics of European Integration*, pela didática, abrangência e isenção apresentadas pelo autor Willem Molle. Referências para consulta de temas mais aprofundados serão apontadas ao longo do texto.

Segue-se uma síntese das principais condições e efeitos que cercaram o processo de integração na Europa Ocidental, particularmente dos anos 60 ao início dos 90. O capítulo foi segmentado, de modo a permitir uma análise focada nos temas mais controversos, possibilitando, no capítulo seguinte, uma avaliação razoavelmente precisa do quadro atual e das expectativas em torno do andamento futuro da união. Os temas abordados se dividem em: condições de concorrência e competitividade no interior do arranjo, políticas macroeconômicas, políticas regionais e sociais e relações externas.

II.1 CONCORRÊNCIA E COMPETITIVIDADE

As tentativas de união na Europa são amplamente questionadas quanto ao grau de convergência econômica alcançado, especialmente no que se refere às condições de concorrência no interior do arranjo e às diferenças no nível de competitividade dos integrantes.

No plano político as diversidades mais notórias ao longo do processo estão relacionadas à postura geral dos governos, seja ela intervencionista ou liberal, e das próprias instituições ligadas à comunidade. A Alta Autoridade, atual Comissão Européia,

desfrutou de amplos poderes sobre investimentos, fusões, preços e quantidades no mercado de carvão e aço. Em oposição, o Tratado de Roma iniciou uma fase predominantemente liberal no tocante à alocação de recursos na comunidade, exceto pelo setor agrícola, tradicionalmente protegido, e de transportes. Entrementes, as instituições vinculadas à união permaneceram essencialmente voltadas a questões microeconômicas, como economias de escala e de especialização, permitindo que divergências político-econômicas entre os países afetassem as condições de troca dentro do arranjo.

A persistência de barreiras dificultou a consolidação do mercado comum e constituiu um segundo fator de distorção no processo de alocação de recursos. Durante um longo período a Europa conviveu com diversos padrões técnicos referentes a causas ambientais, segurança pública, proteção ao consumidor e trabalhador, taxaço ao consumo, entre outros.

Os tratados mais importantes assinados na Europa previram o que seria uma política unificada de competição. As principais diretrizes visavam prevenir acordos de repartição de mercado que obstassem a livre circulação de bens e serviços; regular a concentração excessiva de capital, de maneira a proteger consumidores e rivais de abusos do poder econômico; limitar a ajuda estatal e a concessão de privilégios. O Conselho Europeu respondia pela regulação dos eventos econômicos, enquanto a Comissão zelava pela vigência das regras, contando, para tanto, com o apoio dos estados. À Côte coube a elucidação das normas e o julgamento dos casos. A regulação se aplicava a qualquer empresa de atividade econômica privada operando na comunidade, ainda que procedente de países alheios ao arranjo ou de propriedade do governo (exceto para o caso de bens e serviços de utilidade pública).

O tratado que originou a Comunidade Econômica Européia contemplou inúmeras modalidades de associação entre empresas. Todos os casos potencialmente enquadrados na cláusula relativa à concorrência deveriam ser encaminhados à Comissão Européia para avaliação, após o quê seriam declarados ilegais, perfeitamente legais ou passíveis de permissão especial, uma vez considerados benéficos para a comunidade.

O artigo 85 do Tratado de Paris, em 1953, já declarava banidos os acordos de divisão de mercado que criassem áreas protegidas ou sub-mercados no interior da União; acordos de fixação de preço entre firmas de grande porte; acordos de exclusividade

comercial entre fornecedores, compradores e distribuidores (discriminando contra os demais); uso indevido de direitos de propriedade intelectual (patentes, *trade marks* etc.) na indústria ou comércio.

O artigo 86 do mesmo tratado abordava a questão do abuso de posição dominante, caso em que a empresa líder no mercado eleva preços arbitrariamente, limita a oferta de seu produto ou discrimina dentre seus parceiros comerciais¹¹. Em algumas situações, a alta concentração da empresa constituiu, por si só, abuso de posição dominante¹².

O forte monitoramento das atividades de fusão na comunidade regularizou o aumento do grau de concentração no mercado europeu. O movimento de associação entre empresas foi especialmente intenso com a ampliação de mercado proporcionada pela união: do início dos anos 60 até meados da década de 70 o número de setores dominados em 75% (ou mais) por apenas 4 grandes companhias cresceu 25%. O número daqueles em que as 4 maiores empresas ocupavam 50% do mercado quase duplicou. Entre os anos 70 e 80 apenas os setores de transporte e engenharia elétrica sofreram aumento significativo dos níveis de concentração, permanecendo os demais relativamente estáveis. De 1986 a 1989, 4 anos antes do início da União Européia e período de inclusão de novos países na CEE, um surto elevou novamente a atividade de fusão em quase 50%.

Os artigos 92 a 94 do estatuto da Comunidade Econômica Européia visavam eliminar as concessões governamentais e permitir um sistema de trocas regido exclusivamente pelo mercado. Todavia, a extinção da ajuda pública comprometeria um importante canal de intervenção estatal nas esferas econômica e social. Os termos do decreto foram ajustados de forma a distinguir em favor de pacotes destinados a: desenvolvimento regional (limitados por tetos), desde que fossem absolutamente transparentes; desenvolvimento ambiental, assegurando, tanto quanto possível, que os órgãos privados responsáveis se encarregassem dos custos associados aos códigos de preservação; reestruturação industrial (uma vez estabelecidas metas para a construção

¹¹ A Hoffman-Laroche, líder mundial no segmento de vitaminas, foi multada pela Comissão Européia, acusada de promover acordos de fidelidade/exclusividade com seus clientes, impedindo que a entrada de novos concorrentes reduzisse os preços no mercado.

¹² Molle (1990) cita o caso da fusão que gerou a *Continental Can*.

naval, ferro e aço¹³, além de têxteis e fibras sintéticas), em caráter excepcional e transitório; pesquisa direcionada à capacitação de empresas em nível mundial; conservação e desenvolvimento de fontes energéticas. Todos os casos mencionados deveriam ser submetidos à apreciação da Comissão Européia, que avaliaria sua conotação social e sua capacidade de corrigir falhas atribuídas ao mercado.

À parte o ideal liberal de funcionamento do mercado, governos nacionais e a Comissão Européia continuaram intervindo direta ou indiretamente em preços e quantidades, restringindo a entrada de determinadas firmas no mercado (mesmo em se tratando de licitações públicas) e comprometendo o próprio comércio. O tratado de Paris, em seus artigos 108, 109 e 115, sancionava este tipo de comportamento, permitindo que medidas protecionistas fossem adotadas em caso de problemas com o balanço de pagamentos. Seguia-se um novo dilema para a comunidade: a manutenção da cláusula mencionada abriria brecha para atitudes incompatíveis com o mercado comum. Ao mesmo tempo, sua extinção exigiria políticas de apoio aos países em dificuldades, como a assistência financeira obrigatória, de maneira a preservar a integridade da própria união.

A manutenção de barreiras constituiu uma tendência fortemente contrarrestante aos esforços de unificação do mercado, uma vez presente em todos os setores da atividade econômica:

- Agricultura: A regulação em torno da Política Agrícola Comum igualmente impôs obstáculos à concorrência. O sistema de quantias monetárias compensatórias, responsável pelo ajuste entre a taxa de câmbio de mercado e as “taxas verdes” (destinadas a coordenar as trocas no setor primário sob preços nacionais desalinhados), introduziu impostos e subsídios desordenados. Havia, ainda, produtos excluídos da legislação comum da PAC, prejudicando a unidade do mercado.

- Setor Manufatureiro: No setor de manufaturas, a livre circulação de bens se estendia para artigos estrangeiros, assim que ingressassem na comunidade. Contudo, arranjos bilaterais estabelecidos anteriormente à unificação determinaram cotas para a

¹³ Conforme o programa de subsídios montados pela Comunidade do Carvão e do Aço

importação de alguns itens, como no caso das restrições à compra de carros japoneses na Itália, distorcendo a política comum de intercâmbio.

- **Setor Energético:** A política energética é regida por medidas de segurança contra material nuclear e diferia de país para país conforme a taxa aplicada aos derivados de petróleo. Entretanto, a maior barreira ao livre comércio nesse setor é a compartimentalização do mercado, operado, em geral, por empresas públicas, o que elimina os eventuais benefícios de um regime de concorrência.

- **Setor Serviços:** No setor de serviços, a livre circulação é obstada por medidas de proteção ao consumidor ou intervenção estatal. A construção está sujeita à licitação pública e à diversidade de normas técnicas; o transporte enfrenta barreiras nacionais à entrada, sistemas de cotas relativos a fretes e transporte de passageiros, via aérea, marítima, fluvial ou rodoviária. A harmonização exigiria um sério esforço de padronização das técnicas. No caso de bancos e seguradoras, a regulação específica referente a solvência, tipos de produtos e estabelecimentos dificultava a instalação de unidades em mercados estrangeiros.

- **Fatores de Produção:** No mercado de fatores de produção, a circulação da força-de-trabalho era ainda pouco fluida. Empregadores discriminavam contra estrangeiros impondo problemas no reconhecimento de diploma, exigindo fluência no idioma, entre outros pré-requisitos. O movimento de capitais encontrava barreiras nas diferentes legislações referentes à tributação de empréstimos de curto ou longo prazo e ao investimento direto, principalmente no caso de aquisições.

- **Licitações Públicas:** O *procurement*, ou licitação, promovido pelos órgãos públicos, constituía, ao final dos anos 80, cerca de 15% do PIB total na Europa. A escolha do fornecedor não seguiu usualmente o critério de preço e qualidade, mas objetivos políticos. Dessa maneira empresas nacionais foram sempre privilegiadas, restringindo a apenas 2% em média a participação de fornecedores estrangeiros. O protecionismo estatal em setores como telecomunicações, equipamentos de defesa, ferrovias e geração de

energia, deu margem à diferenciação de padronagem técnica e impediu a exploração de economias de escala em P&D e de competitividade externa.

Desde 1978 vige a diretiva 77/62/EEC, segundo a qual os órgãos ligados ao governo devem publicar contratos importantes no Jornal Oficial e seguir uma série de critérios no que concerne à contratação. Entretanto, dadas as persistentes irregularidades nos processos, o Conselho Europeu implantou em 1988 um banco de dados (*Tenders Electronic Daily*), contendo todas as obras públicas de valor superior a 5 milhões de Ecu, e estabeleceu salvaguardas a empresas eventualmente discriminadas na seleção. Mesmo assim, firmas atuantes em setores como água, energia, transportes e telecomunicações permaneceram desprotegidas.

- **Tributação:** No âmbito das barreiras fiscais vigoram os artigos 95 a 98, que proíbem a aplicação indevida de impostos. O exemplo mais comum desse caso é a oneração de produtos importados em favor de similares nacionais.

A padronização da estrutura tributária levou à adoção dos princípios de incidência sobre o valor agregado e cobrança do imposto no destino da mercadoria: o imposto é recolhido no ponto final do produto e deixa o país de origem isento de taxas. As alíquotas variam amplamente entre os membros da União Européia. Prevaleceu um padrão razoavelmente constante na tributação de produtos considerados normais; no caso de bens essenciais, a maioria dos países preferiu adotar alíquotas inferiores, enquanto outros enfatizaram a cobrança sobre bens tidos como supérfluos. A estrutura diferenciada serviria, do ponto-de-vista da união, aos propósitos de redistribuição de fatores.

Alguns países permaneceram temerosos dos efeitos de uma política unificada de impostos. Isso ficou patente nos casos em que arrecadação dependia essencialmente dos tributos sobre valor agregado e o governo relutava em reduzir alíquotas. Outros preferiam não elevar taxas, ameaçados por pressões inflacionárias.

Ciente das divergências, a Comissão Européia descartou a completa unificação e lançou diretrizes básicas para a política tributária: proibiu sobretaxas e estabeleceu um patamar mínimo para as demais alíquotas, distinguindo entre bens pertencentes à categoria normal e aqueles beneficiados pela taxa reduzida. A relativa liberdade concedida à área

fiscal compensaria a total perda de autonomia da política monetária nacional, integrada, posteriormente, ao circuito da moeda única.

Os impostos indiretos não desfrutam da mesma importância nas receitas públicas. Incidem sobre bens considerados altamente elásticos, quais sejam, tabaco, álcool e combustíveis, e desempenham funções de conotação social (saúde, meio-ambiente, etc.). As variações de país para país na carga tributária desses itens ocasionaria distorções no comércio, uma vez liberadas as fronteiras. Daí que a harmonização das taxas indiretas em toda a comunidade se tornasse uma necessidade. A primeira medida seria a definição de todos os produtos passíveis de tributação indireta, abolindo casos especiais (como os refrigerantes na Holanda). A partir daí as alíquotas deveriam ser fixadas em Ecu e vigorar para todos os membros. A total convergência das taxas foi obstada, porém, pela resistência dos governos, de modo que se optou por um patamar mínimo para cada um dos bens.

A despeito das diferentes taxações sobre a renda e da divergência nas legislações referentes a encargos sociais, os deslocamentos de força-de-trabalho não demonstraram abrangência e, por isso, suscitaram pouca atenção pública.

- Mercado de Capitais: Com relação ao mercado de capitais, ficou estabelecido desde o Relatório Segre de 1966 que considerações de ordem tributária não deveriam influenciar as decisões de investimento. Ficariam banidas práticas como os incentivos fiscais, a dupla taxação dos rendimentos (referente ao país de origem e àquele de destino) e o tratamento diferencial dispensado a residentes, não-residentes e investidores corporativos. A maior parte dos membros da CEE manteve durante muito tempo a prática de tributar acionistas e companhia como entidades diferenciadas, ao invés de creditar o valor referente na distribuição dos dividendos, onerando duplamente os associados.

- Especificações Técnicas: Um caso particular de empecilho à livre circulação de mercadorias, as barreiras técnicas, referentes a particularidades da legislação ou à diversidade de padrões técnicos, favoreceram a atuação das empresas locais ao demandar um segundo teste dos produtos estrangeiros, elevando custos. A discriminação não atingia unicamente países alheios à comunidade, mas os próprios membros, preservando, freqüentemente, o poder de monopólio de grupos nacionais. A remoção das barreiras

técnicas esteve baseada na identificação de casos deliberados de protecionismo e na aplicação da legislação correspondente, mas os esforços destinados à harmonização foram frequentemente neutralizados pela lentidão política e pelo dinamismo dos avanços tecnológicos. O artigo 100 da CEE previa normas gerais de circulação de mercadorias no território europeu com base em especificações determinadas por órgãos técnicos e quaisquer alterações deveriam ser comunicadas aos demais membros e ratificadas. Atitudes baseadas no interesse público não justificavam mais a restrição a qualquer produto procedente de país europeu.

No tocante a serviços, propôs-se o total reconhecimento ao controle de qualidade operado no país de origem (uma vez reconhecidos num país, serviços financeiros poderiam circular em qualquer outro membro). Outra medida destinada a evitar divergências técnicas seria garantir que todo o sistema de controle e gerenciamento de multinacionais fosse reservado ao país-sede.

Todos os esforços que vêm cercando o estabelecimento do mercado comum são ainda insuficientes e as condições de concorrência em torno do bloco apresentam sérias deficiências. Inúmeros casos revelam as dimensões do problema: a proteção à farinha italiana para a produção de massa impedia, ao final da década de 80, uma queda estimada em até 60 milhões de Ecu ao ano.

Diferentes padrões técnicos costumam exigir novos testes de qualidade nos países destinatários, elevando os custos de produtos e serviços. O caso das telecomunicações ilustra as dificuldades implícitas em procedimentos nitidamente burocráticos. A fragilidade do sistema de trocas característica do segmento de informação permitiu que durante muito tempo esse tipo de equipamento custasse o dobro na Alemanha do preço vigente na França, sem que qualquer medida fosse tomada em defesa do consumidor.

Estudos detalhados revelaram que a remoção das fronteiras internas reduziria custos administrativos associados às trocas e às delongas no transporte de mercadorias, uma vez liberado o fluxo. Embora o impacto tenha sido estimado em 0,3% do PIB europeu, o preço para consumidores intermediários e finais cairia e os recursos liberados poderiam ser realocados. Quanto aos efeitos competitivos, concluiu-se que, a curto prazo, os preços cairiam ao nível daqueles praticados pelos produtores mais eficientes, haja visto o ajustamento dos padrões técnicos das mercadorias e dos processos de licitação do governo.

A longo prazo, haveria um barateamento no plano dos custos, atribuído aos avanços técnicos e os efeitos de aprendizado associados a um sistema amplamente competitivo. No total, estima-se que os benefícios atingiriam 4% do PIB. Haveria um ganho extra de 2% do PIB devido aos ganhos de escala e o fechamento de plantas ineficientes.

Efeitos associados ao sucesso das políticas macroeconômicas e ao melhor posicionamento da Europa no cenário internacional, embora mais difíceis de prever, são estimados em cerca de 6% do PIB a um prazo mais longo¹⁴.

¹⁴ Acerca de métodos detalhados de estimativa dos efeitos da integração sobre o comércio e crescimento da CEE, ver Mendes, 1987, Caps. 4,5 e 6.

II.2 POLÍTICAS MACROECONÔMICAS¹⁵

Políticas de estabilização preocuparam sobremaneira as autoridades européias, com a ameaça de que circunstâncias inusitadas ocasionassem custos extraordinários com treinamento de mão-de-obra e depreciação antecipada de equipamento. Amenizar os efeitos de choques internos e externos é a finalidade de medidas compensatórias de estabilização, tais como intervenções no mercado de câmbio em situações de intensa atividade especulativa.

Mais que estabilidade formal, a criação de uma área de livre comércio exige sintonia entre os países-membros. Níveis discrepantes de inflação e taxas de câmbio flutuantes prejudicam fortemente o fluxo de bens e a alocação eficiente de recursos. O progressivo avanço das relações na Comunidade Econômica Européia induziu naturalmente ao planejamento da moeda única. Todavia, a integração monetária nem sempre esteve em pauta.

O Tratado de Roma ilustra a postura dos governantes por volta dos anos 50, quando a integração monetária constituía nada além de um instrumento facilitador da associação comercial. O acordo não vislumbrava a posterior formação de uma comunidade *strictu sensu*, mas a simples constituição de um mercado comum.

O artigo 104 do tratado estabelecia a necessidade de manter o equilíbrio em balanço de pagamentos, elevar o patamar de emprego e estabilizar os preços relativos no interior do arranjo, valendo-se, para tanto, da coordenação entre políticas nacionais, estabilização das taxas de câmbio e assistência financeira aos países deficitários. O comitê monetário implantado pelo Tratado de Roma desempenhava unicamente funções de supervisão e suas manobras eram circunscritas ao desenvolvimento do mercado comum. A comunidade como instituição desfrutava de limitada autonomia no campo monetário: políticas expansivas em seu nome eram inibidas pela exigência de equilíbrio nas contas gerais e, com um orçamento de cerca de 1% do PIB total do arranjo, não poderiam obter efeitos significativos sobre a economia.

¹⁵ Acerca das dificuldades em promover a harmonização das variáveis na CEE, ver Wallace, 1994, Cap.4.

A relativa imobilidade política das instituições ligadas à comunidade se justifica, em parte, pela prosperidade vivenciada à época, haja visto o perfeito funcionamento do sistema de paridades fixas instituído por Bretton Woods. De qualquer maneira, é notável o desinteresse pelo aprofundamento do processo de integração entre as nações européias por volta dos anos 50.

A aceitação de uma proposta especificamente voltada à união econômica e monetária não vingou antes de 1969, na Conferência de Hague. Surgiu daí o estudo intitulado Relatório Werner, adotado pelo Conselho Europeu em 1971, sugerindo uma seqüência de estágios para a consecução das metas de união até 1980.

A fraqueza da proposição residia numa crença ingênua¹⁶ de que seria possível implementar medidas, como a moeda única, no prazo de uma década, sem atentar para a total ausência de institucionalidade que desse conta da estrutura unificada. Uma brecha no relatório permitia que os países voltassem atrás em sua adesão, de modo que, durante a desordem monetária dos anos 70, a proposta perdeu completamente o apoio político dos governantes. Em contrapartida, o meio acadêmico se convenceu por completo de que, unidos, os países europeus estariam melhor preparados para lidar com adversidades semelhantes à queda de Bretton Woods.

Dentre os alemães e holandeses, principalmente, estavam aqueles pertencentes à corrente dos 'economistas', que acreditava na importância da harmonização de políticas econômicas como forma de se chegar à união monetária. Argumentavam que políticas divergentes poderiam ocasionar desalinhamento de preços entre os países envolvidos, obrigando-os a adaptações nas taxas cambiais. De outro lado estavam os monetaristas, franceses, belgas e italianos, que priorizavam a integração monetária direta (por meio de *targets* de liquidez e fixação do câmbio), como a melhor maneira de comprometer os governos à unificação. Idealmente, o consenso apontava para uma solução equilibrada entre as duas estratégias.

Quanto à base de intervenção nas economias nacionais, persistia o conflito entre os adeptos da programação econômica, ao estilo francês (determinação de metas conjuntas

¹⁶ Ver, também, Kindleberger, 1984

com os setores envolvidos), e aqueles partidários de metas gerais para a evolução da economia, permitindo o livre funcionamento do mercado.

De qualquer modo, à medida em que os governos se convenciam da importância da integração monetária e econômica, a estrutura institucional montada pelo Tratado de Roma se revelava inapropriada. Três segmentos compunham o aparato destinado à política econômica: o Comitê de Estudo das Tendências Econômicas de Curto Prazo, o Comitê de Política Orçamentária e o Comitê de Políticas Econômicas de Médio Prazo. A necessidade de coordenação e articulação entre os diversos aspectos da economia ocasionou a fusão dos comitês numa única Comissão para Assuntos de Política Econômica.

O Comitê Monetário, na função única de aconselhamento dos governos em problemas monetários e de balanço de pagamentos, ganhou em 1964 o auxílio de um sistema de bancos centrais, empenhado em assuntos relativos a dinheiro, crédito e mercado de câmbio. O progressivo rearranjo das funções permitiu que o Comitê Monetário identificasse o grau de urgência na criação de mecanismos de estabilização das taxas de câmbio, aliados a um sistema de auxílio em caso de deficiência em balanço de pagamentos. Daí o estabelecimento da Serpente em 1972 e, posteriormente, do Sistema Monetário Europeu.

Ao final dos anos 80, o comitê presidido por Jacques Delors instituiu mecanismos de coordenação destinados a harmonizar a postura monetária e econômica, em geral, dos países-membros. O relatório elaborado pela comissão contava com a redução das margens de operação do sistema monetário e apontava para maior autonomia dos bancos centrais, embora não prescindindo de incentivos à cooperação entre eles. Num estágio subsequente o sistema de bancos centrais seria destacado dos contextos nacionais, operando em completa autonomia e, finalmente, as taxas de câmbio seriam atreladas até que se implantasse a moeda única.

A idéia de estabilidade cambial se revestiu de especial importância a partir do momento em que ficou claro que a presença de investidores estrangeiros aqueceria rapidamente as atividades, ampliando os ganhos com economias de escala e especialização. Governos marcados por um histórico de altas taxas de inflação poderiam recuperar credibilidade, caso se dedicassem a acompanhar a tendência cambial geral.

Durante a vigência da serpente, o ideário de estabilização não repercutiu como seria esperado. As reações ao choque do petróleo foram as mais diversas, desorientando os países e mantendo apenas algumas poucas moedas alinhadas em torno do marco alemão. A formação do Sistema Monetário Europeu veio responder à fragilidade do arranjo anterior, estabelecendo vínculos mais sólidos entre os membros, como a Unidade Européia de Conta e os mecanismos de correção do câmbio e de intervenção.

As transações no interior da comunidade, realizadas em unidades alheias à maior parte dos países (dólar ou marco), passariam a ser denominadas em uma moeda comum a todos os integrantes do arranjo, o Ecu, composta, ela mesma, por uma cesta ponderada de moedas européias. O peso de cada moeda no valor de um Ecu refletia a importância econômica de cada país, em termos de PIB, participação no comércio externo da comunidade e cotas referentes ao suporte monetário de curto prazo (destinado a problemas de balanço de pagamentos). A cotação do Ecu era calculada diariamente pela Comissão Européia, uma vez que a paridade entre as moedas não era fixa: variava, conforme oferta e demanda, dentro de margens de 2,25% (exceto por Espanha e Itália, com 6%). O coeficiente definido por 75% da margem de flutuação para determinada moeda, multiplicado por sua participação no valor do Ecu, constituía o indicador de divergência, a partir do qual o país era induzido a tomar providências.

A instabilidade do sistema monetário derivou da resistência de países em aderir ao arranjo (como é o caso da Inglaterra), perturbando a harmonia entre as moedas européias. Quanto a distúrbios internos, os membros estiveram sujeitos a negociações multilaterais (envolvendo, freqüentemente, todos os países participantes), de maneira a evitar medidas como a desvalorização competitiva da moeda. Dentre os mecanismos de contenção das flutuações cambiais, constaram ferramentas de suporte a curtíssimo prazo (empréstimos destinados a combater fluxos de capital especulativo), de curto prazo (para questões ligadas a balanço de pagamentos) e empréstimos de médio prazo (voltados à reestruturação da economia como um todo). As operações de empréstimo eram denominadas em Ecu, de forma que o risco de câmbio fosse compartilhado entre os dois países.

Embora não fosse uma moeda de reserva, o Ecu vinha sendo preparado para culminar na moeda única do sistema europeu. Como primeiro passo, os membros

depositaram 20% de suas reservas em ouro e dólar no Fundo Europeu de Cooperação Monetária, criado em 1973 para lidar com o crédito, contabilidade e reservas do sistema.

O Sistema Monetário Europeu surtiu efeito em termos de estabilidade cambial, ao menos no curto prazo, o que pode ser constatado pela razoável compatibilidade entre as variações diárias e as correspondentes taxas centrais estabelecidas pelo arranjo. Os realinhamentos foram sucessivamente menos freqüentes ao longo do tempo. O ideal de paridades fixas não foi, obviamente, alcançado, mas é possível afirmar que a implantação do sistema monetário foi fundamental para manter as taxas de câmbio num patamar de significativa estabilidade. Dados empíricos referentes ao período anterior e ao período de vigência do arranjo confirmam o êxito obtidos pelos países pertencentes ao SME, com relação ao desempenho dos demais. O ano de implantação do Sistema Monetário foi marcado por turbulências nos mercados mundiais com intensas variações nas relações cambiais, ao passo que entre as moedas atreladas as oscilações foram reduzidas em 50% no mesmo período.

Índice de Variabilidade das Taxas de Câmbio de Países do SME e Alheios ao Arranjo no Período Anterior à Implantação e Durante e Vigência do Sistema

		SME		não SME	
		1974-78	1979-85	1974-78	1979-85
SME	<i>Nominal</i>	15	7	18	23
	<i>Real</i>	16	9	20	24
Reino Unido	<i>Nominal</i>	17	21	19	24
	<i>Real</i>	18	24	21	28
Estados Unidos	<i>Nominal</i>	19	27	16	21
	<i>Real</i>	20	28	18	27

Quanto aos benefícios da estabilidade cambial com respeito ao comércio, os dados empíricos apontam para uma tendência contrária à esperada: o ritmo de crescimento das trocas no interior do sistema teriam caído cerca de 2% e as trocas com outros países 1%

desde o período imediatamente anterior ao início do funcionamento do sistema. Todavia, De Grawe (1987) aponta para a influência de outros fatores, tais como o lento crescimento econômico e a queda do nível de investimentos, atribuída a políticas fiscais restritivas. O autor calcula uma queda de 1,2%, caso as flutuações cambiais na Europa acompanhassem a dos demais países industrializados no mesmo período.

Nesse sentido, a relativa estabilidade proporcionada pelo Sistema Monetário Europeu criou, em primeira instância, um ambiente propício para o desenvolvimento das trocas, bem como do mercado de capitais, cujo aprimoramento é evidente a partir da estabilização do câmbio.

Os esforços dedicados à manutenção da estabilidade cambial foram invariavelmente acompanhados pela preocupação em coordenar políticas macroeconômicas, evitando que taxas de inflação díspares comprometessem a meta de câmbio. A dificuldade em promover a convergência política entre os membros residiu, por longo tempo, na diversidade filosófica e estratégica dos governos e tornou a comunidade vulnerável a eventos como a crise de 1973 e as pressões inflacionárias derivadas do choque do petróleo.

*Taxa Média de Inflação (Variação do Valor do PIB) de 1960 a 1985**

<i>País</i>	<i>1960-72</i>	<i>1973-82</i>	<i>1983-89</i>
Alemanha	4,2	4,8	2,5
Holanda	5,8	7,1	1,3
Bélgica	3,9	7,2	3,9
Luxemburgo	3,7	7,8	3,8
Dinamarca	6,3	10,1	5,5
França	4,6	10,8	5,2
Reino Unido	4,9	14,3	5,4
Irlanda	6,6	14,8	6,5
Espanha	6,7	16,1	8,9
Itália	4,9	17,0	8,5
Grécia	3,3	17,5	16,5
Portugal	3,6	17,8	18,0
CE-12	4,8	11,7	5,9

* os países estão ordenados conforme sua performance no período de 1973-82

A tabela mostra a clara distinção entre os países do norte, com índices inflacionários inferiores à média da comunidade, países cujas taxas condizem com a média e países do mediterrâneo, com taxas destoantes.

Dentre os fatores determinantes do movimento inflacionário está o grau de organização dos trabalhadores. Países em que as estruturas de negociação trabalhista são pulverizadas e o percentual de trabalhadores filiados é baixo, normalmente registram patamares mais elevados de inflação, puxados pelas altas exigências salariais. É o caso de Inglaterra e Itália comparadas à Alemanha. A participação dos sindicatos caiu na década de

80, devido ao surgimento de novos setores na economia, mais modernos, e o declínio da indústria tradicional, onde estavam as organizações mais poderosas. O movimento de convergência das estruturas industriais e as medidas de restrição à atuação sindical e à correção salarial (como nos casos mais graves de Inglaterra e Itália), prometem realinhar as taxas de inflação entre os membros.

Com respeito à concepção monetarista que atribui a inflação ao déficit do governo (ou a quantidade de moeda em circulação), os dados revelam fraca correlação. Acredita-se, sim, que bancos centrais independentes obtêm maior êxito no combate à inflação, uma vez livres para empreender políticas de longo prazo, sem obstáculos mais imediatos.

A hipótese de inflação estrutural contempla aspectos relativos às diferenças setoriais e regionais da economia: a produtividade é mais elevada em setores produtores de bens, ocasionando pressões de custo no setor de serviços; a rigidez de preços faz com que elevações isoladas se generalizem para todos os outros setores, e, a influência de regiões mais ricas aumenta o nível salarial das demais. A hipótese estrutural aponta, ainda, para a inflação importada, derivada de artigos estrangeiros que incrementam os custos de produção internamente. Quanto mais acentuado o quadro estrutural, mais discrepante (com relação à média) o nível inflacionário do país em questão. Novamente é possível recorrer à tese da uniformização de políticas macroeconômicas voltadas ao ajuste das variáveis de inflação.

A eliminação das diferenças regionais e a homogeneização do crescimento das economias européias constituiu a última grande meta da comunidade. A equalização das taxas de crescimento é comprovada por meio da comparação entre os países mais pobres logo após a II Grande Guerra (Portugal, Grécia, Espanha e a própria Alemanha) e seu patamar atual de crescimento, com destaque especial para o caso alemão. Quanto a Bélgica, Dinamarca, França e Reino Unido, os países de maior crescimento à época, é clara a desaceleração das taxas recentes.

Crescimento Médio Absoluto e Relativo do PIB dos Membros da CEE, 1950-1985

<i>País</i>	<i>Crescimento %</i>		<i>Crescimento Relativo ao Índice Geral</i>	
	1950-73	1973-85	1950	1985
Dinamarca	3,4	1,7	153	149
Alemanha	5,6	1,9	93	135
Luxemburgo	2,5	1,5	201	128
França	3,6	1,6	136	122
Holanda	4,4	1,1	100	114
Bélgica	2,5	1,6	166	106
Reino Unido	1,8	1,3	140	105
Itália	4,2	1,6	71	82
Irlanda	2,9	2,0	81	68
Espanha	5,3	1,1	35	56
Grécia	6,7	1,5	30	43
Portugal	4,3	1,3	35	28
CEE	3,9	1,5	100	100

As diferenças no PIB dos países europeus são freqüentemente atribuídas à disponibilidade de fatores de produção (capital e trabalho), às circunstâncias que afetam as relações de troca, como choques externos de preço e queda no valor de artigos exportados, etc. A tese de maior projeção nesse sentido refere-se ao institucionalismo e justifica disparidades de crescimento a partir da influência de grupos de interesse sobre o funcionamento do mercado, debilitando a absorção tecnológica e a flexibilidade das estruturas nacionais. Nesse cenário, o milagre alemão após a guerra seria explicado pela ação nazista voltada à eliminação de subgrupos de interesse e, analogamente, a virtual estagnação inglesa seria devida à persistência de estruturas tradicionais e à relação de força entre trabalhadores e elite. A hipótese institucionalista sustenta o ideal de integração,

apontando para seus efeitos dinâmicos, com a entrada de novos concorrentes nos mercados nacionais e a quebra dos interesses dominantes.

II.3 POLÍTICAS SOCIAIS E REGIONAIS

As questões social e regional vêm ganhando proeminência nas projeções relativas ao andamento da comunidade europeia. O problema das disparidades foi constatado desde o início, embora o Tratado de Roma não contemplasse políticas objetivas nesse sentido. Em 1972, durante a Conferência de Paris, as autoridades, de fato, se comprometeram com a eliminação das desigualdades, assumindo o suposto de incompatibilidade entre total eficiência alocativa e distribuição justa.

O Ato Único de 1986, artigo 130A, decretou formalmente o interesse do Conselho Europeu em obter coesão econômica e social entre os membros, promovendo o desenvolvimento geral e harmonioso. A regulação 2052/88 estabeleceu as prioridades de ação em desenvolvimento de áreas atrasadas, reestruturação industrial, combate ao desemprego, incorporação da população jovem ao mercado de trabalho e reestruturação de regiões agrárias. Fundos específicos foram alocados para atuar no cumprimento de cada uma das metas.

II.3.1 POLÍTICAS REGIONAIS

Em 1958, data de inauguração da CEE, não havia dimensionamento preciso do problema regional ou mesmo competência pública para lidar com a questão. Atualmente, as autoridades europeias contam com o empenho de todos os membros em combater os desequilíbrios tradicionais e evitar que novos problemas sejam criados pelas modificações nos contextos europeu e mundial.

As desigualdades regionais aparecem nitidamente na observação de indicadores de concentração populacional, renda e produtividade per capita, acessibilidade a bens e serviços, etc. A discrepância dos índices vem justificando a maciça intervenção governamental, dados os ganhos de eficiência e bem-estar social que seriam obtidos com a remoção das desigualdades.

Há, no entanto, um certo conservadorismo entre os europeus quanto a aceitar a amplitude da questão regional. A relevância do problema só é sentida em termos nacionais:

em 1980, a Comissão Européia empreendeu uma pesquisa e determinou que a grande maioria da população, cerca de 80%, aceitaria contribuir com áreas menos privilegiadas no interior de seu país, mas apenas um em três faria o mesmo por outras regiões.

O histórico de formação da comunidade não contribuiu com o intuito de uniformizar o padrão de vida no continente. A criação do mercado comum e a progressiva homogeneização de políticas, na ausência de ação regional concreta, privou os membros de instrumentos próprios para lidar com o problema. A exposição à concorrência externa desprotegeu e eliminou setores mais frágeis, como foi o caso das minas de carvão de Wallonian. A livre circulação de bens e serviços intensificou o fluxo de investimentos e mão-de-obra para regiões mais privilegiadas.

As mudanças estruturais em termos econômicos, sociais, técnicos e ambientais exigem que a comunidade apoie a contínua adaptação de seus membros. A indústria do aço constitui um exemplo pertinente: regiões dependentes da produção de aço assistiram ao agravamento dos índices de desemprego no período recessivo e, ao mesmo tempo em que receberam apoio de alguns dos membros, sofreram forte embargo dos demais. As premissas de livre mercado e incentivo à especialização internacional, estabelecidas recentemente, foram indiscutivelmente violadas.

Entre as regiões problemáticas é possível identificar áreas eminentemente rurais, concentradas especialmente no sul da Europa Ocidental. Como se não bastasse a total fragilidade da infra-estrutura, dos serviços e da atividade manufatureira nessas áreas, a produção agrícola conta, normalmente, com técnicas arcaicas.

A segunda categoria diz respeito a regiões de industrialização antiga e infra-estrutura obsoleta. E, ao contrário das regiões agrárias, onde a mão-de-obra qualificada é escassa, nessas áreas o alto grau de especialização da força-de-trabalho a torna inadequada frente às exigências da indústria moderna.

Em termos de renda per capita, as desigualdades são berrantes. A região mais favorecida na Comunidade dos 9 chegou a ser cinco vezes mais rica do que a área mais pobre; esta razão dobrou com a inclusão dos três últimos membros, Grécia, Espanha e Portugal. Com relação ao índice geral de desigualdade entre os países da comunidade, a tendência é decrescente desde os anos 50, a despeito do repique registrado no final da década de 70.

Índice de Disparidade Baseado na Renda per Capita CEE, 1950-1985

	1950	1960	1970	1980	1985
<i>Disparidade Regiões</i>	0,124	0,102	0,078	0,098	0,071
<i>Disparidade Países</i>	0,095	0,081	0,061	0,082	0,056

O decréscimo nos índices de disparidade regional se deve principalmente ao fluxo de capital produtivo do centro para a periferia e o fluxo contrário de trabalhadores, reequilibrando a distribuição de fatores. Adicionalmente, o período assistiu ao progressivo fortalecimento do estado de bem-estar social.

A escala de regiões ordenadas por ordem de riqueza não foi fundamentalmente alterada, a não ser pelo avanço de todas as regiões alemãs e a queda brutal das regiões inglesas e belgas. Na base permaneceram invariavelmente os países do Mediterrâneo.

A relativa imobilidade da escala de países pode ser atribuída à negligência das instituições quanto aos efeitos desiguais de políticas da comunidade. A própria política agrícola, destinatária de 75% do orçamento geral, beneficia principalmente as regiões mais ricas do continente. A preocupação em compensar as regiões prejudicadas por políticas genéricas é explícita no programa VALOREN, iniciativa de apoio à situação nos setores eventualmente afetados pela política energética adotada na comunidade.

Outros instrumentos de política regional vêm sendo desenvolvidos. A CEE encontrou formas de atrair habitantes e indústrias para áreas menos privilegiadas por meio de suporte financeiro (empréstimos, subsídios, garantias, etc.) e aprimoramento da infraestrutura (transporte, serviços públicos, treinamento de mão-de-obra, incentivos à pesquisa, etc.).

A efetividade dos instrumentos, entretanto, requis a definição de regiões prioritárias no endereçamento dos recursos. As áreas elegíveis deveriam ter nível de renda inferior e desemprego superior à média. Os setores receberiam ajuda financeira do Fundo de Desenvolvimento Regional Europeu caso já fossem auxiliados internamente (a ajuda da CEE deveria apenas reforçar o empenho nacional).

Com a intensa participação de capital nacional nas políticas regionais, tornou-se imprescindível coordenar a ação dos governos, de modo que se evitasse uma guerra fiscal entre os países na disputa por fluxos de investimento. Caso contrário, as áreas mais ricas estariam mais aptas a atrair empresas e pessoas, perpetuando os desequilíbrios¹⁷. A CEE permaneceria atuando de forma complementar, identificando e preenchendo *gaps*, além de orientar (e incrementar) os fluxos nacionais da melhor maneira. Para tanto, foram criados o Comitê de Política Regional, composto por oficiais da CEE e pelos chefes-de-estado europeus, e o próprio Fundo de Desenvolvimento Regional Europeu.

O alargamento da CEE e a constatação dos efeitos regionais nocivos de algumas políticas induziram à ampliação do Fundo e a redistribuição de seus recursos: 66% da verba foi reservada aos países do Mediterrâneo (Itália, Espanha, Grécia e Portugal), que respondem por 36% da população total e apenas 22% do PIB da comunidade dos 12. A nova regulação do Fundo (CE1787/84) estimulava uma postura inovativa, que permitisse o melhor aproveitamento dos potenciais naturais de cada país. Introduziu, ainda, medidas de incentivo ao desenvolvimento de novos produtos e processos, favorecendo empresas de pequeno e médio porte, destituídas de informação adequada para crescer no mercado.

Estudos acerca do desempenho das instituições de promoção do desenvolvimento regional isolaram os efeitos de política deliberada dos efeitos derivados do crescimento natural das economias, concluindo que a política regional teve êxito limitado na redução dos desequilíbrios. Consultando empresas quanto à influência dos incentivos governamentais em sua decisão locacional, o resultado é similar.

H.3.2 POLÍTICAS SOCIAIS

De maneira análoga ao que ocorreu com as políticas regionais, as políticas sociais empreendidas pela CEE atuaram em caráter complementar à ação dos estados. As questões abarcadas referem-se a desemprego, pobreza, salubridade, etc. Mais uma vez, a justificativa para a intervenção governamental está na eficiência alocativa e nos ganhos de bem-estar.

¹⁷ Daí a imposição de limites máximos para pacotes de auxílio regional

Em 1964 o Conselho Europeu adotou o Código de Seguridade Social, estabelecendo padrões para o sistema social, com base nos *standards* da Organização Internacional do Trabalho. A política social já estava em pauta dez anos antes, quando as autoridades ligadas à Comunidade do Carvão e do Aço perceberam a importância do preparo da força-de-trabalho. Sob o argumento dos ganhos de eficiência, introduziram o artigo 56 no Tratado de Paris, instituindo pensões para trabalhadores temporariamente ociosos, financiamento a empresas (para que mantenham o pagamento em casos de mudanças profundas em suas atividades) e o financiamento ao treinamento vocacional para trabalhadores em busca de novo emprego.

Com o estabelecimento da CEE, o foco da política social recaiu principalmente sobre a coordenação de sistemas de seguridade social, de modo a garantir os benefícios do trabalhador em qualquer país da Europa, e sobre o Fundo Social, cuja meta era propiciar o emprego e a mobilidade da força-de-trabalho. Para tanto, restrições de nacionalidade e residência deveriam ser removidas e a legislação de seguridade uniformizada.

O Fundo Social foi modelado para se adaptar a questões variadas e, de fato, mostrou flexibilidade em lidar com situações social e economicamente diferenciadas. De 1958 a 1972, o Fundo se dedicou quase exclusivamente a proporcionar eficiência alocativa da mão-de-obra. 97% de seus recursos foram destinados a programas de preparação do trabalhador, de maneira a encaminhá-lo no mercado; a deficiência de trabalhadores qualificados em inúmeras regiões da Europa garantiria a boa colocação. De 1972 a 1983 os recursos do Fundo aumentaram 6 vezes e seu esquema de distribuição foi ampliado.

Percentual de Recursos do Fundo Social por Categoria e País, 1976-80

	Agricultura	Têxteis	Migrantes	Mulheres	Jovens	Deficientes	Regiões	Tecnologia
% sobre total	3	3	4	1	29	8	50	2
Alemanha	16	20	28	55	7	24	6	-
França	49	10	23	23	22	12	14	-
Reino Unido	4	28	9	3	33	21	27	17
Itália	23	26	34	14	26	19	39	41
Holanda	1	10	4	2	1	4	2	-
Bélgica	1	5	2	1	2	4	1	3
Dinamarca	-	-	1	1	2	4	2	39
Irlanda	6	1	-	1	7	12	9	-
Luxemburgo	-	-	-	-	-	-	-	-
CE-9	100	100	100	100	100	100	100	100

Metade da verba do Fundo Social foi destinada às regiões mais pobres, num trabalho conjunto com o Fundo Regional para a criação de emprego e capacitação de mão-de-obra. A ênfase, nesse caso, recaiu sobre a educação, treinamento e contratação da população jovem, com quase 30% dos recursos. De 1983 a 1986 as prioridades foram mantidas, mas o Fundo foi dotado com um aumento de 65% em seu orçamento.

À parte a ação do Fundo Social, o Tratado de Roma mostrou um descompasso entre meios e fins: constatou a existência de lacunas na esfera social, mas creditou a solução do problema aos “efeitos benéficos do Mercado Comum” (artigo 117). No artigo 118 do mesmo tratado, a CEE aponta a necessidade de atuar em questões como emprego, legislação laboral, capacitação de mão-de-obra e negociação coletiva. Ao mesmo tempo, incumbiu a Comissão Européia de fornecer estudos e consultoria, o que, até final dos anos 80, não surtiu resultados práticos.

Em 1980 a Comissão propôs ao Conselho Europeu a adoção de procedimentos de informação e consultoria ao trabalhador de multinacionais. A diretiva Vredeling, como foi denominada, visava introduzir o trabalhador aos processos decisórios e mantê-lo a par dos acontecimentos que lhe concernem, como fusões, inovações em produtos e processos, mudanças de escopo, iminência de fechamento e alterações legais. Contudo, as firmas freqüentemente fugiram à obrigação, fornecendo dados e explicações incompletas a seus funcionários; subsidiárias de empresas estrangeiras, particularmente americanas, se opuseram fortemente à diretiva. O Parlamento Europeu e o Comitê Econômico e Social não foram além de demonstrar profunda incoerência e falta de consenso a respeito.

A necessidade de intervenção pública no campo social se justifica fundamentalmente por argumentos econômicos, relativos ao bom funcionamento do mercado único, já que a distribuição igualitária dos encargos trabalhistas sobre os empregadores poderia evitar distorções no regime de concorrência. Adeptos da concepção social de promoção do bem-estar (favorável ao nivelamento dos benefícios com base no país de melhor situação), provaram estar pouco articulados. Propostas como a canalização de recursos de países mais privilegiados para países mais pobres, por meio do Fundo Social, nunca obteve suporte político significativo.

A política social na Europa consistiu principalmente da definição dos direitos de seguridade dos trabalhadores em migração e da redistribuição entre os países-membros de fundos destinados ao treinamento da mão-de-obra. A atenção às regiões menos favorecidas fez do Fundo Social na Europa um mero instrumento redistributivo, isento de metas objetivas de alocação e proteção da força-de-trabalho e de ação planejada contra este e outros problemas sociais.

Acreditava-se que o desenvolvimento completo da união econômica e monetária pudesse criar um interesse genuíno no aprimoramento social da comunidade, baseado no potencial de ganhos derivado disso. Sabe-se, no entanto, que a união não estará plenamente concluída no prazo proposto e que, até lá, é preciso atuar firmemente contra o agravamento dos problemas sociais.

II.4 RELAÇÕES EXTERNAS

O avanço do processo de integração, aliado à tendência mundial de globalização das relações, vem aumentando o escopo da política externa europeia. Sendo a comunidade, antes de tudo, uma área de livre comércio, o aspecto mais relevante das relações internacionais refere-se à política de trocas. Em seguida, destacam-se os movimentos de fatores, a coordenação econômica e monetária e a política de defesa e ajuda internacional¹⁸.

Neste tópico será analisada a pertinência dos esforços dedicados à criação de uma interface comum com o exterior, tanto no campo das relações comerciais, como nas questões de interesse universal.

II.4.1 RELAÇÕES COMERCIAIS

Num panorama das relações comerciais da Europa Ocidental com o exterior, é possível identificar uma estrutura estável de transações, com a franca predominância das trocas de mercadorias (62% das transações em 1984), seguidas de longe pela comercialização de serviços (21%). Retornos sobre o capital investido fora e remessas líquidas de residentes no exterior são comparativamente menores, assim como transações oficiais (financiamento a países em dificuldades e pagamentos a organizações mundiais).

Todos os países-membros da CEE eram filiados ao GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*), estando sujeitos às cláusulas de nação mais favorecida (proibição a condições discriminatórias de comércio) e de negociação multilateral de políticas comerciais. A predisposição da comunidade em abolir o protecionismo e homogeneizar sua política externa foi evidenciada no preâmbulo ao Tratado de Roma, com o propósito de aprimoramento da capacidade competitiva dos empresários europeus, estimulando o comércio internacional e evitando distorções relativas à eventual escassez de matéria-prima.

¹⁸ Sobre as dificuldades enfrentadas pela CEE em lidar com as questões externas, dada a dificuldade da própria integração em si, ver Wallace, 1994, Cap.5

A Política Comercial Comum, ou PCC, foi regulada em 1975 pela C orte de Justiça, de maneira a cobrir todos os instrumentos de troca, tarifários ou não. Taxas, acordos de comércio, política de exporta o e medidas *anti-dumping* deveriam ficar a cargo das institui es ligadas   CEE. Os governos nacionais, destituídos de poder decisório, contestaram a atribui o de competências   Comissão Européia exclusivamente. A ressalva fica por conta das exporta es, setor em que comunidade teve pouca influência sobre os comportamentos nacionais: a Comissão atuou apenas no sentido de tentar impedir a competi o desleal entre os membros, na forma de subsídios arbitrariamente elevados.

Em complemento   PCC, foi instituída a Tarifa Externa Comum, calculada como a média aritmética das tarifas aplicadas a cada categoria de produto. As rodadas de Dillon (1960-62) e de Kennedy (meados da década de 60) reduziram a carga tarifária na Europa em 50% e, mais tarde, a rodada de Tóquio abaixaria em mais 30% esse patamar (1978). Ao final dos anos 80 o nível geral de prote o tarifária atingiu os 3,5%. Acordos em alguns setores tornaram as tarifas quase nulas, de maneira que poucos produtos mant m taxas mais elevadas (até 20%). A Comunidade Econômica Européia trabalhou arduamente na liberaliza o do comércio, mas o escopo das redu es permaneceu restrito. Em setores ditos sensíveis (intensivos em trabalho), prevaleceram sistemas de cotas e acordos de restri o voluntária de exporta o (*Voluntary Export Restraints - VERs*) ou acordos multilaterais de restri o (*Orderly Marketing Arrangements - OMAs*).   o caso do setor têxtil (incluindo vestuário e calçados), naval e, sobretudo, agrícola.

O uso de barreiras não tarifárias cresceu ao longo dos anos 80 na Europa (e no resto do mundo), como forma de preservar um certo grau de protecionismo. Dentre os instrumentos mais difundidos constaram cotas de importa o, controles técnicos, licita o pública discriminatória e burocracia alfandegária. A negocia o de VERs e OMAs, particularmente, foi preferida ao estabelecimento de cotas ou tarifas, do ponto-de-vista das organiza es de comércio supranacionais, como o GATT.

A CEE, por outro lado, desenvolveu mecanismos de prote o contra práticas abusivas de comércio, como o *dumping*, em conformidade com a regula o do GATT: o setor ou grupo afetado deveria notificar a Comissão, que se encarregaria de checar a veracidade das denúncias. Se a prática de *dumping* fosse verificada, o país exportador poderia promover o ajuste de suas margens ou, no caso de ajustes insuficientes, a Comissão

poderia aplicar tarifas adicionais sobre a mercadoria em caráter temporário ou permanente. De acordo com o *New Community Trade Instrument*, as ações deveriam ser rápidas, a fim de evitar maiores danos ao setor atingido¹⁹. As questões, no entanto, eram predominantemente resolvidas de maneira amigável.

Simulando a liberalização na Europa, os ganhos estimados apenas com a extinção do Acordo Multi-Fibra (definição de cotas de comércio para artigos têxteis) estariam em torno de 2 milhões de Ecu, advindos do influxo de rendas que atualmente vão para produtores estrangeiros. A persistência de barreiras ao comércio é explicada fundamentalmente pela falta de informação precisa acerca de seus efeitos negativos, além do interesse político ou econômico de grupos poderosos.

A Comunidade Econômica Européia manteve relações comerciais nitidamente particularizadas, conforme a categoria econômica e política de seus parceiros. A seguir, uma relação dos principais grupos e suas características gerais:

AELC – A Associação Européia de Livre Comércio, envolvendo países da Europa Ocidental que não integraram a CEE, liberalizou completamente o comércio interno de mercadorias por volta de 1966, negligenciando, porém, o setor agrícola. Entre 1958 e 1972, sua participação no comércio da CEE cresceu consideravelmente, mantendo-se estável a partir daí.

Quando, ao final da década de 60, Reino Unido e mais três países da AELC passaram a integrar a CEE, encontraram problemas em manter as mesmas relações com seus antigos companheiros, dadas as barreiras comerciais entre as duas áreas. Com a relutância em integrar os países remanescentes da AELC (por motivos essencialmente políticos), decidiu-se pelo estabelecimento de uma área de livre comércio encabeçada pela CEE. A liberdade de trocas, entretanto, funcionaria à base de relações bilaterais entre membros da AELC e da comunidade²⁰.

¹⁹ O Conselho Europeu tem 30 dias para aprovar a determinação da Comissão.

²⁰ Sobre as relações (e distinções) entre CEE e AELC, ver Wallace, 1994

Ao final dos anos 80, os membros da AELC já tendiam a seguir os moldes e diretrizes da Comunidade Européia, embora não participassem dos processos decisórios, senão informalmente (por meio de um fórum denominado Espaço Econômico Europeu).

Países da Região Mediterrânea – As normas do GATT restringiam a aplicação de tratamento preferencial de comércio apenas para os países que visavam evoluir para uma união alfandegária. A CEE e os países do Mediterrâneo estabeleceram inúmeros acordos nesse sentido, de modo a preservar o caráter especial de suas relações. Como consequência natural do estreitamento de seus laços, a CEE acabou por absorver Grécia, Espanha e Portugal e, com os demais países da região, estabeleceu uma base uniforme de relações:

- Acordos de Cooperação – Referem-se os países do Maghreb (Marrocos, Argélia e Tunísia), do Mashreq (Egito, Líbano, Jordânia e Síria) e Iugoslávia. Estabelecem acesso livre (tarifas nulas) aos mercados Europeus, mas sem reciprocidade. Para alguns produtos “sensíveis”, a CEE estabeleceu cotas máximas para a penetração dos produtos da região Mediterrânea. Os benefícios do sistema para esses países foi, entretanto, limitado, uma vez que pelo GSP²¹, eles já desfrutavam de cotas isentas de tarifas nas importações de artigos europeus.

- Acordos de Associação – Referem-se a países que posteriormente integrariam a comunidade, no caso, Chipre, Malta e Turquia. Para esses países a CEE exige reciprocidade no livre acesso aos mercados de manufaturados, o que prejudicou o processo de integração para Chipre e Malta (incapazes de suportar a isenção de tarifas para os produtos europeus). A Turquia também apresentou problemas, dessa vez de ordem política.

- Acordo de Livre Comércio – Sistema de total reciprocidade, concluído com Israel.

De meados dos anos 60 até final dos 80, a participação dos países do Mediterrâneo nas importações da CEE aumentou significativamente, enquanto sua participação nas exportações da comunidade permaneceu estagnada, o que denota melhora relativa desses países com relação aos demais parceiros da CEE.

²¹ *Generalised System of Preferences*, sistema de tarifas preferenciais

ACP (Africa, Caribbean, Pacific) – A Convenção de Lomé providenciou que produtores de países da África, Caribe e Pacífico obtivessem livre acesso aos mercados europeus, cedendo à pressão francesa e, posteriormente, inglesa, pela inclusão de suas ex-colônias no arranjo. No esquema de tarifas preferenciais, quase todos os produtos oriundos desses países desfrutavam de isenção de taxas ou cotas. A CEE não exige reciprocidade, apenas a garantia de que os produtos europeus terão o mesmo tratamento que a nação desenvolvida mais favorecida nos mercados ACP.

Quanto à Política Agrícola Comum (e seu sistema de subsídio e proteção ao produtor europeu), a CEE concordou em reduzir as pesadas tarifas e cotas aplicadas à importação. Com isso, os países da ACP puderam exportar açúcar a preços similares àqueles pagos aos agricultores europeus. Os benefícios, entretanto, foram praticamente anulados pelo *dumping* praticado pelos próprios europeus nos mercados mundiais (o que derrubou o preço do açúcar fornecido pela ACP em outros países).

A Convenção de Lomé fracassou, ainda, do ponto-de-vista da participação dos países africanos, caribenhos e do Pacífico nas importações européias: houve queda de cerca de 8,5% até os anos 80.

América Latina e Ásia – Sucessivas negociações da UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*) provaram a maior predisposição da Europa, com relação a Japão e Estados Unidos, em intensificar as relações de comércio com países subdesenvolvidos.

Penetração de Produtos Originários de Países Subdesenvolvidos na CEE, Estados Unidos e Japão (em % de PIB Aparente), 1973-1983

	CEE		EUA		Japão	
	<u>1973</u>	<u>1983</u>	<u>1973</u>	<u>1983</u>	<u>1973</u>	<u>1983</u>
Têxteis	5,5	13,0	3,7	10,9	5,8	5,0
Vestuário	8,6	21,2	5,9	17,2	8,0	9,0
Ferro e Aço	0,7	0,8	0,7	2,7	0,3	2,2
Metais Não-Ferrosos	13,3	9,9	2,9	4,8	7,5	10,2
Construção Naval	2,4	7,3	0,6	4,1	0,4	1,1
Veículos Automotivos	0,2	0,8	0,0	0,5	0,0	0,0
Outros	5,7	17,5	4,9	11,1	4,9	4,6
Total	2,7	3,5	1,6	3,1	1,5	1,4

Os países subdesenvolvidos, beneficiários do GSP, exportam manufaturados, semi-manufaturados e alguns itens agrícolas²² totalmente livres de tarifas, enquanto os demais se defrontam com a Tarifa Externa Comum. Os produtos europeus nesses países recebem o tratamento dispensado à nação mais favorecida.

O sistema GSP se mostrou extremamente seletivo (os benefícios variam conforme o grau de desenvolvimento do país). É reconhecido que os artigos de maior interesse para as nações asiáticas e americanas não estão contemplados nos acordos ou recebem as menores vantagens.

Embora a penetração dos produtos oriundos de países subdesenvolvidos tenha melhorado, a Política Agrícola Comum e os altos subsídios fornecidos às exportações europeias deslocaram as nações pobres de seus mercados tradicionais e derrubaram os preços de seus principais produtos.

Nações Desenvolvidas – No que se refere aos Estados Unidos, as relações comerciais foram frequentemente tensas, devido ao protecionismo no setor agrícola (tanto europeu, quanto americano) e no setor serviços europeu. Com respeito ao Japão, o problema é o deslocamento da posição de equilíbrio nos anos 70, para um déficit europeu em balanço comercial. Alguns atribuem o peso das exportações japonesas ao regime altamente protecionista do país. A reação européia foi acentuar os controles aos produtos japoneses, notadamente automóveis.

Europa Oriental – A CEE aplicou frequentemente a regra da nação mais favorecida em suas relações com países do Leste Europeu, prosseguindo, atualmente, com acordos bilaterais de comércio. A transição das economias planificadas para economias de mercado a partir de 1989 introduziu a hipótese de extensão da comunidade para a Europa Ocidental.

Poucos acreditam na efetividade do esquema discricionário estabelecido na Europa, haja visto o baixo nível das tarifas e as flutuações de preços e taxas de câmbio nos mercados mundiais (passíveis de anular os benefícios de tarifas preferenciais). Ao contrário, estudos revelaram que, além de prejudicar o processo mundial de liberalização, a postura européia deteriorou os termos de troca das nações subdesenvolvidas e afetou negativamente os patamares de juros e o PIB nessas regiões.

II.4.2 POLÍTICA EXTERNA

No que tange à mobilidade dos fatores de produção no território europeu, destaca-se a ausência de política unificada de controle de imigrantes em caráter temporário ou permanente. A liberalização total das fronteiras transferirá a questão do âmbito nacional para as instituições da comunidade, exigindo uma postura uniforme. No que diz respeito a capitais, o fluxo é desarticulado entre os membros da CEE e se limita a movimentos

²² Têxteis estão excluídos por seguirem as normas do Acordo Multi-Fibra

isolados entre cada um deles e seus respectivos mercados *off-shore* de depósitos e *bonds* e com o mercado americano de ações.

Além da falta de uniformidade política nas relações européias com o exterior, a Comunidade Econômica carece, ainda, de identidade financeira, o que fica patente com as restrições do FMI e BIS a sua participação.

A coordenação de políticas alocativas não transcendeu o Espaço Econômico Europeu mantido com os países da AELC para assuntos relativos à integração. Em termos de estabilização o grau de interatividade entre a CEE e os demais países foi mais elevado. Houve participação crescente no G-7, cujas negociações culminaram na determinação de *target zones* para as taxas de câmbio das principais moedas. Todavia, não foram definidas políticas homogêneas para a consecução das metas de estabilidade. As flutuações do Ecu nos anos 80 levaram a conflitos entre a CEE e os Estados Unidos, dados os prejuízos ao comércio internacional.

A política de ajuda externa da CEE remonta a sua própria criação, mas permanece limitada aos países da ACP. Anteriormente se compunha de pacotes destinados ao fomento de projetos de investimento, se estendendo para a estabilização dos ganhos com exportação e o fornecimento de comida. O Fundo Europeu de Desenvolvimento se encarrega da distribuição dos recursos, em sua maioria empréstimos e garantias para investimentos em infra-estrutura social e econômica e, após a Convenção de Lomé, também para atividades produtivas.

A ajuda destinada a estabilizar os ganhos de exportação consiste de uma indenização aos países beneficiários, caso as exportações de um produto relevante de sua pauta caiam significativamente. A ajuda, porém, foi limitada, uma vez que o incremento nos níveis de inflação mundiais esconderam a queda real dos preços das *commodities* nos anos 80. Além disso, os pacotes têm curta duração e não dão conta de problemas estruturais preocupantes a longo prazo.

Não há estimativas precisas dos benefícios gerados pela política européia de ajuda, mas é possível afirmar que, frente a outros países, sua efetividade em fomentar o desenvolvimento de nações menos favorecidas é restrita.

A implantação da Cooperação Política Européia em 1970, voltada para a articulação dos países-membros em assuntos políticos e diplomáticos (como embargos econômicos ou

acordos políticos essenciais ao processo de integração), fracassou em se integrar às estruturas institucionais da CEE.

II.4.3 POLÍTICA DE SEGURANÇA

Após o fracasso da Comunidade Europeia de Defesa, os assuntos de segurança concernentes à CEE passaram a ser tratados pela OTAN e pela União da Europa Ocidental (UEO), união esta praticamente insignificante até 1984. As tentativas de estender a UEO aos membros mais recentes da comunidade e inseri-la no quadro institucional vigente foram frustradas pela descrença na capacidade de articular todos os membros da CEE em torno da mesma política de segurança levada a cabo pelos 9 membros da UEO²³.

A homogeneização das políticas de defesa permitiria que a indústria de armas fosse economicamente regulada e as estratégias de segurança coordenadas entre os membros. Isso permitiria que a Europa se organizasse de forma ágil, sem danos extraordinários no caso de ameaças de conflito armado.

²³ A Irlanda, por exemplo, teria empecilhos constitucionais à filiação à UEO.

CAPÍTULO III

ESTÁGIO ATUAL

É indiscutível que a União Européia, inaugurada oficialmente em 1993, enfrentará ainda um longo caminho até a total uniformidade política, econômica e social. Todavia, mais de cinco décadas foram dedicadas à construção de um amplo aparato institucional e à coordenação de interesses e meios para a concretização do ideal de unificação; não foi um esforço desprezível e há que se considerar com cuidado a hipótese de que, futuramente, a Europa venha a ser um organismo único, a despeito de qualquer eventual oposição.

1999 marcou o início do funcionamento do Banco Central Europeu, responsável pela condução da política monetária na união, e a entrada em vigor da nova moeda única, o Euro²⁴. Foram muitos os que argumentaram contra a perda de autonomia e de identidade nacional, mencionando os perigos da renúncia a instrumentos de intervenção e instituições próprias (em favor de órgãos alheios a qualquer questão de caráter exclusivamente nacional). Em contraposição, muitos outros, hoje, acreditam na segurança e no suporte proporcionados aos membros da área de cooperação européia e consideram válidos os esforços dedicados à plena integração.

Os eventos mais recentes, descritos a seguir, completam a análise desenvolvida no capítulo anterior e fornecem as bases para uma apreciação ponderada do rumo atual da União Européia e, possivelmente, de sua trajetória posterior. Novos temas se revestiram de especial importância na atualidade e serão abordados entre os tópicos que seguem.

²⁴ O Euro entrará em circulação somente a partir de 2002, mas já denomina transações comerciais e financeiras.

III.1 LIDERANÇA POLÍTICA

A liderança francesa predominou na história européia até a queda do Muro de Berlim, quando a Alemanha, então unificada, voltou a crescer. A plena restauração do poder alemão significará, na concepção das autoridades ligadas à União Européia, um desbalanceamento das forças dominantes.

Desde a construção da Comunidade do Carvão e do Aço, a França manteve a visão, dita essencialista, de que a unificação européia extrapola a esfera político-econômica e implica a fusão cultural e a formação de uma identidade social. O oponente, antes soviético, seria representado agora pelos EUA e seu movimento globalizante. A UE deveria reforçar o protecionismo em suas fronteiras e intensificar o controle governamental sobre a economia, de modo a evitar a influência americana.

A visão britânica do primeiro-ministro Tony Blair, denominada funcionalista, ignora a conotação mais ampla do conceito de integração e atribui a associação entre os países a ganhos de eficiência, exclusivamente, sem menção a qualquer identidade verdadeiramente européia.

A predominância francesa sobrevive ainda graças ao desempenho de sua economia: a produtividade/hora no país é a maior da Europa e o crescimento do PIB francês vem superando o alemão desde 1994. A Alemanha, ao contrário, mostra sinais de esgotamento, embora temporário. A pesada tributação e a rigorosa legislação trabalhista²⁵ sobre a indústria vêm inibindo novos investimentos, uma vez que apenas as empresas grandes e intensivas em capital são capazes de sustentar os custos de produção.

Segundo especialistas, no entanto, a recuperação germânica não tarda e a Alemanha assumirá a liderança da União Européia. Os alemães têm alternativas políticas mais amplas do que os franceses, dadas as relações mantidas com o Leste, especialmente com a Rússia. Sua postura aberta favorece a abolição do protecionismo europeu, haja visto seu próprio modelo de crescimento, baseado em intensa atividade exportadora.

²⁵ As despesas trabalhistas na Alemanha são as mais elevadas do mundo.

Especialistas acreditam que o revigoração alemão trará benefícios em termos de coordenação e homogeneização política, tendo em conta o papel já desempenhado pelo Bundesbank nas funções do Banco Central Europeu.

III.2 IDENTIDADE MILITAR

A filiação dos países europeus à OTAN esteve inegavelmente ligada à estratégia americana de contenção do comunismo após a II Guerra Mundial. Desde o colapso da União Soviética no início dos anos 90, foram quase dez anos até que os países europeus reconhecessem a premência de uma identidade militar própria.

Durante os conflitos na Iugoslávia, em meados de 1999, a América assumiu integralmente o comando e a Europa assistiu passiva aos pesados bombardeios dentro de suas fronteiras. As diferenças estratégicas e ideológicas compeliram os líderes europeus a questionar a validade de uma política de defesa atrelada aos Estados Unidos.

Em organismos internacionais como as Nações Unidas, os EUA se distinguem claramente dos países da Europa por uma postura insubordinada e hostil, característica de suas relações com chineses e cubanos. As prioridades não coincidem hoje e a Europa estaria em posição de desvantagem quando, a longo prazo, as divergências se tornassem insustentáveis.

À parte as questões políticas, a União Européia constatou, durante os conflitos, a inferioridade e obsolescência de seu arsenal. O orçamento europeu para defesa corresponde, atualmente, a 60% do montante gasto nos EUA e a atividade de pesquisa e desenvolvimento na UE não passa de 33%. Como agravante, a maior parte dos recursos é desperdiçada em exércitos superdimensionados e armas de pouco valor prático (The Economist, 1999).

A conformação de uma identidade militar exigirá um esforço de reestruturação das forças armadas na Europa. Ao contrário do que se poderia imaginar, a proposta não se refere a um exército único, mas à coordenação de exércitos modernos e bem-equipados. A cooptação de recursos entre os membros, através da criação de um fundo específico, permitiria a aquisição de equipamentos avançados e a montagem de empresas bélicas de

grande porte e pesados ganhos de escala, magnitude de gastos dificilmente alcançada por um país isolado.

Diante do anseio europeu por autonomia militar, os EUA não parecem ter restrições impõem reservas, dado seu interesse no fortalecimento da União Européia. Ao contrário da postura imperialista de antigamente, os EUA afirmam buscar parceiros à altura para lidar com questões de relevância mundial.

Muitos atribuem a complacência americana à descrença no sucesso da comunidade européia de defesa . Todavia, a Europa acumula décadas de larga experiência na construção de instituições comuns e pode surpreender. A proposta, como há dez anos, ainda é reavivar a União da Europa Ocidental, o que implica a total convergência das políticas de defesa entre os membros da UEO e da União Européia. Mais que isso, a integração militar exigirá que se eliminem divergências internas à união²⁶ e que se estabeleça uma política externa comum, para que então seja possível implantar uma política de defesa única na Europa Ocidental.

III.3 NOVOS MEMBROS

A transição para regimes democráticos e liberais vem instigando os países da Europa Central e Oriental a integrar o arranjo político-econômico da UE. Ao lado de Malta e Chipre, 10 países da região foram formalmente aceitos como candidatos. Há indícios de que mais seis países do Sudeste Europeu serão incluídos no rol, de forma a construir relações estáveis com a união e manter o incentivo à paz no continente.

A integração de países essencialmente instáveis e conflituosos, entretanto, exigirá reformas políticas profundas em ambas as partes. A União Européia deverá preparar seu aparelho institucional de forma a receber muitos novos participantes. As decisões deixarão de ser unânimes e, possivelmente, alguns membros perderão peso na ponderação dos votos. De outro modo, o número de propostas vetadas na Comissão Européia poderia comprometer irremediavelmente a execução de qualquer plano.

²⁶ Há forte desacordo entre os membros (em especial França e Inglaterra) quanto à política dispensada ao Iraque. Persistem, ainda, descontentamentos por parte de alguns países quanto a eventuais novos membros, como é o caso da Grécia em relação à Sérvia e a Turquia.

Os candidatos devem empreender pesadas reformas destinadas a prepará-los como posteriores membros da UE, provando que praticam a liberdade, a democracia e o respeito aos direitos humanos. Para tanto, são submetidos a um inventário das leis europeias, o *Acquis Communautaire*, por meio do qual detectam ‘falhas’ em sua legislação e são orientados a preencher eventuais lacunas. O procedimento não é simples, mas provê um código legislativo moderno e completo para países geralmente carentes de tradição democrática.

A burocracia é característica do processo de candidatura: os países envolvidos apontam a falta de instrução adequada e de informações a respeito de horizontes e prazos. Argumentam que as reformas são extremamente custosas e não podem ser arrastadas indefinidamente. Muitos suspeitam de pressão pelo adiamento da inclusão de membros, alegando que as autoridades da UE temem perder popularidade e recursos com as novas incursões.

Os órgãos europeus estão claramente despreparados para receber 12 (ou 20) candidaturas e têm privilegiado 6 países do grupo, excluindo os demais de qualquer negociação. A conclusão das primeiras admissões, entre 2003 e 2010, promete abalar a estrutura institucional da união e precipitar amplas reformas internas.

Situação Comparada dos Candidatos a Membros da UE, 1998

	Pop. (Milhões)	PIB (\$Bi)	PIB per Capita
UE-15	373,9	8,357	22,351
Candidatos (12)	106,2	347	3,270
Candidato em Melhor Situação	38,7 (Polônia)	136 (Polônia)	13,636 (Chipre)
Candidato em Pior Situação	0,4 (Malta)	3 (Malta)	1,227 (Bulgária)

Turquia

Em dezembro de 1999, depois de repetidas tentativas de persuasão da Grécia, a Turquia foi finalmente contemplada com o *status* de candidata à UE. Dois anos antes,

durante a conferência de Luxemburgo, a candidatura turca havia sido recusada; recentemente, um terremoto com 15.000 vítimas no país despertou a atenção mundial e reabriu as negociações.

O enfraquecimento das perseguições à minoria curda e as recentes revisões constitucionais (dado o descaso da constituição original para com questões humanitárias) contribuíram para tornar a Turquia um país elegível.

Ucrânia e Rússia

A União Européia tem permanecido alheia à possibilidade de receber a candidatura ucraniana. O comportamento se deve a inúmeras razões: a princípio, a Ucrânia está calcada sobre um regime democrático extremamente frágil; a situação pública é precária, não há investimentos e os níveis de corrupção são altos, a despeito dos esforços do ministro das relações exteriores em persuadir o Ocidente a seu favor.

A Ucrânia, embora emancipada, mantém estreitos laços com a Rússia: os dois países são similares culturalmente, mantêm relações comerciais pesadas²⁷ e livre circulação de pessoas. A entrada da Ucrânia na UE implicaria a quebra de suas relações com a Rússia ou o acesso russo indireto à união, o que seria inconcebível.

A Rússia tem enfrentado forte instabilidade desde 1991. A democracia vem sendo ameaçada pela negligência política e pela intensa corrupção na esfera pública; não há políticas consistentes e os pacotes de ajuda do Ocidente foram totalmente desperdiçados. Os posicionamentos russos, totalmente divergentes dos europeus, impedem qualquer relação com a UE (mesmo indireta, por meio da filiação ucraniana), uma vez que, ao menor sinal de instabilidade, a intervenção russa poderia desencadear um conflito.

III.4 POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

Fonte de pesadas ineficiências, a Política Agrícola Comum vem despertando novamente o debate em torno dos mecanismos protecionistas na UE. O orçamento da PAC

²⁷ A Ucrânia depende do petróleo e do gás russos.

gira em torno de \$45 bilhões de dólares ao ano e exige um enorme esforço fiscal por parte dos contribuintes. Na condição de consumidores, os europeus são obrigados a pagar preços artificialmente elevados, sem que haja alternativas mais acessíveis, dado que os produtos agrícolas importados são altamente tributados. Os produtores europeus, únicos privilegiados, demandam cada vez mais subsídios, o que vem encorajando práticas fraudulentas, como os inúmeros desvios de verbas já registrados na união.

Os benefícios da liberalização da agricultura, a despeito da provável revolta dos agricultores, não seriam sentidos apenas pelos consumidores europeus, mas por inúmeros países subdesenvolvidos, cujos mercados foram dominados por artigos procedentes da UE. Adicionalmente, os recursos liberados pelo setor agrícola poderiam ser redistribuídos entre diversos outros segmentos carentes de verbas, como é o caso das próprias políticas de defesa, já mencionadas.

III.5 EURO E OS INVESTIMENTOS NA EUROPA

A união monetária na Europa foi introduzida no início de 1999 em meio a um ambiente de forte descrédito e não contou com a participação da Inglaterra, Suécia, Dinamarca e Grécia (esta por falhar nos ajustes requeridos).

O Euro ainda não circula entre o público, o que deve acontecer a partir de 2002, mas já é empregado com sucesso em títulos de dívida no mercado de capitais, triplicando os índices da Bolsa desde 1998. A captação de recursos no mercado financeiro tem sido amplamente estimulada pelas baixas taxas de juros praticadas pelo Banco Central Europeu e pela onda de fusões e aquisições na Europa.

Os acordos entre empresas atingiram os \$500 bilhões na primeira metade de 1999, valor cinco vezes superior ao último *boom* registrado. O movimento se deve às perspectivas de sucesso na integração dos mercados de bens e serviços. A amplitude do mercado exigirá que as empresas européias ganhem eficiência e competitividade, de modo a impedir a entrada de firmas estrangeiras.

As desvantagens dos processos de fusão e aquisição, particularmente os cortes de emprego, podem, na visão dos governantes, ser compensados pela criação de postos nas empresas novas. O desemprego na Europa (10,2%) corresponde ao dobro do índice

americano, o que normalmente é atribuído à rigorosa legislação trabalhista e aos custos de contratação na União Européia. O Euro, nesse sentido, poderá contribuir para o incremento nos investimentos através da flexibilização do mercado de capitais.

A movimentação nos mercados de capitais europeus deve crescer, ainda, devido à eliminação do risco cambial. Os investidores vêm sendo atraídos por títulos mais líquidos e se dispõem a incorrer em maiores riscos de crédito, injetando montantes crescentes no mercado.

Empresas estrangeiras não deixarão de procurar sua fatia de mercado, mas as perspectivas de aquecimento das exportações (frente à entrada de filiais importantes de firmas americanas, por exemplo) tornam a ameaça menos desagradável. Por outro lado, os EUA continuarão pressionando a UE pela liberalização de seus mercados, o que inclui a queda de barreiras técnicas, particularmente no setor agrícola.

A política comercial constitui o segmento externo mais unificado e melhor coordenado dentro da UE. Porém, o êxito da união monetária na Europa exigirá a total articulação político-econômica, de tal maneira que o interesse financeiro prevaleça sobre todos os outros. Isso representa um dilema para países, como a Inglaterra, que não partilham do regime monetário da união, mas participam das demais instituições. Possivelmente eles sejam deixados à margem dos processos decisórios mais importantes, uma vez deslocados do eixo financeiro (em torno do qual orbitam os principais interesses).

Embora alheia ao arranjo monetário, Londres conserva o posto de centro financeiro europeu. Sua participação no mercado de títulos denominados em Euro subiu de 48% para 58% desde o início de 1999. Comparada a Frankfurt (responsável por 5% do volume total de transações no mercado monetário) e Paris (4%), Londres permanece insuperável, com 32% do total, dada a forte presença de bancos internacionais preparados para receber o Euro.

Apesar da resistência, pressões internas devem levar a Inglaterra a adotar o Euro antes do que se poderia esperar: empresários britânicos acreditam que a moeda única é definitiva e que os ingleses devem encontrar seu espaço no arranjo monetário e conciliar seus interesses com vistas ao futuro da União Européia.

III.6 PIB EUROPEU

A confirmação de que a União Européia vem caminhando em direção a uma fase de prosperidade foi registrada no terceiro trimestre de 1999, com o aumento de 1% do PIB, e não apenas 0,8-0,9% como esperado pelos mercados. Especialistas atribuem o crescimento à elevação dos gastos domésticos e à formação de capital fixo, em sinal de recuperação depois da desaceleração de 1998.

Ao mesmo tempo, as taxas de inflação, preocupação constante do Banco Central Europeu, não têm dado sinal de elevação. A contenção dos preços na Europa pode ser explicada pelos efeitos da desregulação e pelo aumento da concorrência no continente, além do fraco impacto da alta do petróleo. Na Alemanha, possivelmente devido à relativa desaceleração da economia, a taxa anual de inflação até outubro de 1998 era de 0,8%, assim como na França (embora a economia francesa estivesse plenamente aquecida). Na Holanda, maior índice de inflação da EU, com 2,2% no ano de 1998, os reajustes salariais ficaram abaixo das expectativas e não ameaçam pressionar pela elevação dos preços.

III.7 INSTITUCIONALIDADE

A Comissão Européia conheceu seus dias de glória durante a presidência do francês Jacques Delors, com a conclusão do mercado único em 1992 e os primeiros planos para a união monetária. A partir de 1995, com Jacques Santer, de Luxemburgo, a Comissão perdeu sua reputação e sucumbiu às denúncias de corrupção.

Romano Prodi, ex-primeiro-ministro italiano, assumiu a presidência em 1999 e representa uma figura carismática e forte. A principal instituição européia, porém, está completamente desacreditada e perdeu muito de sua funcionalidade.

A introdução do arranjo monetário na UE levou os governos nacionais a centralizarem suas decisões. Embora obrigados a ceder ao interesse europeu, muito mais amplo que os temores nacionais diante da nova moeda, os países-membros assumiram a execução das medidas relacionadas e esvaziaram por completo o papel da Comissão Européia.

O *policymaking* intergovernamental, como vem sendo chamado, foi criticado pela ameaça de que um excesso de comprometimento nacional prejudique a ação em escala continental. Por outro lado, muitos já se convenceram de que os interesses de cada membro estão fundamentalmente conectados a esta altura dos acontecimentos.

A iniciativa dos governos fortalece, adicionalmente, o componente democrático das relações internas à UE, uma vez que o Parlamento Europeu é pouco representativo (a maioria dos eleitores não compareceu às urnas), e, com a admissão de novos membros, o espaço para cada país ficará extremamente limitado. O papel do Parlamento tende a ficar restrito às funções constitucionais.

O órgão centralizador do *policymaking*, ao menos em termos formais, passou a ser o Conselho Europeu. A autonomia dos países europeus em assuntos políticos se confirma novamente, entretanto, se considerado o fato de que o Conselho reúne os membros apenas quatro vezes ao ano.

Por fim, o Conselho dos Ministros vem sendo sobrecarregado com o aumento do escopo e do volume de negócios tratados em seu âmbito. O aprimoramento de suas funções depende, em primeiro lugar, de maior transparência e visibilidade pública. Em seguida, o Conselho deveria criar um elenco de ministros dedicados integralmente à instituição, enquanto os comitês específicos que atuam hoje (saúde, transportes, cultura) teriam de se reportar à administração geral.

Com infra-estrutura institucional completa e meios de coordenação aparentemente viáveis, a União Européia tem grandes chances de ascender à posição de superpotência, ao lado de EUA e Japão. O maior empecilho para tanto é, e tem sido há muito tempo, a falta de vontade política dos líderes europeus, vontade esta que permita uma real definição de prioridades e coordenação de interesses.

BIBLIOGRAFIA

- EICHENGREEN, B. *Globalizing Capital : A History Of The International Monetary System*, New Jersey : Princeton University, 1996.
- GOODMAN, S. F. *The European Community*, Basingstoke : MacMillan, 1990.
- KINDLEBERGER, C. *A Financial History Of Western Europe*, London : George Allen & Unwin, 1984
- MENDES, A. *Economic Integration And Growth In Europe*, New Hampshire: Croom Helm, 1987
- MOLLE, W. *The Economics Of European Integration: Theory, Practice, Policy*, Aldershot: Dartmouth, 1990.
- THE ECONOMIST*, A Work in Progress, October 1999
- WALLACE, W. *Regional Integration: The West European Experience*, Washington: The Brookings Institution, 1994
- WINTERS, L. *International economics*, London : Harper Collins, 1991.
- YOUNG, J. *The International Economy*, New York: The Ronald, 1963

INTERNET

Site *Financial Times*: <http://www.ft.com/emu>